



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1984/03	DATA: 18/11/03
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 17h34min	DURAÇÃO: 02h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h31min.	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há intervenções inaudíveis.
Há termos ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Declaro abertos os trabalhos da 13ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA PRADO - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Mendonça Prado. Está em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada. Expediente. Fiz distribuir cópias das sínteses das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição dos senhores membros, para análise, na Secretaria da Comissão. Ordem do dia. Audiência pública com os convidados: Roberto de Oliveira Monte, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Norte; Plácido Medeiros de Souza, Delegado de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte. Informo que o depoimento do Delegado Plácido Medeiros de Souza foi adiado para amanhã, devido a um atraso na autorização para liberação das suas passagens aéreas. Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 31, de autoria do Deputado Luiz Couto. Solicito ao Dr. Roberto de Oliveira Monte que tome assento à Mesa. Solicito aos Srs. Deputados que quiserem fazer uso da palavra que se inscrevam junto à Secretaria da Comissão. Com a palavra o Dr. Roberto de Oliveira Monte por até 20 minutos.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Antes de mais nada, boa-tarde a todos. Bem, acredito que eu esteja aqui em função de luta que nós travamos no Estado do Rio Grande do Norte contra o grupo de extermínio chamado Meninos de Ouro. Na verdade eu sou, apesar da cara, um velho militante dos direitos humanos. Trabalho desde os anos de 1980. De lá para cá, até que a coisa transcorreu com uma certa tranqüilidade, porque eu era o Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal. Quando chega o dia 05/03/95... Também estou colocando aqui, Deputado, todo o material que já saiu sobre essa situação lá do Rio Grande do Norte, deixando aqui para vocês da CPI todo o material. Um outro detalhe é que, como hoje também estava para vir o Delegado Plácido, boa parte do restante das



xerox que a gente ia estar trazendo o Plácido está trazendo. Então, amanhã vocês vão ter acesso a isso tudo. Então, no dia 05/03/95 aconteceu em Natal a chamada chacina de Mãe Luiza. Então, essa chacina de Mãe Luiza teve todo um desdobramento, que vai desde uma chacina no Bairro de Mãe Luiza, que morrem pessoas, tal. E com o detalhe: a partir daí começa a se desvendar todo um problema que acontecia no Rio Grande do Norte desde os anos 80... Antigamente isso tudo era chamado esse negócio de Mão Branca, não é? Quer dizer, Meninos de Ouro era uma denominação mais recente do Mão Branca. Então, o que acontece? Do grupo de Mãe Luiza em diante, nós trabalhamos todo um esquema de montagem de peças, que chegaram à configuração de um grupo de extermínio dentro da Polícia Civil do Rio Grande do Norte não só com o beneplácito, mas com o comando de sua cúpula. E com um detalhe, o desdobramento de Mãe Luiza nós temos desde a condenação de um desses matadores de grupo de extermínio, chamado Jorge Luiz Fernando e Jorge Abafador. E também com isso tem a decorrência da morte do nosso advogado, Francisco Gilson Nogueira de Carvalho. E logo depois nós temos uma outra morte, que foi do travesti Carla ou Antônio Lopes, não sei se vocês têm conhecimento. Sobre a questão de Gilson, foi de alguma maneira muito comentada. No meio disso tudo, eu estava anteriormente conversando ali com o Deputado Luiz Couto, o que talvez eu tenha a trazer de elemento novo para esta CPI não é propriamente... Eu estava vendo que o que vocês estão trabalhando... parece que a gente está assim... são coisas loucas. Quando você vê que na fronteira entre a Paraíba e Pernambuco matam 100 pessoas, são números extremamente barra-pesada. Então, acontece o seguinte: eu acredito que tudo o que nós fizemos no Estado do Rio Grande do Norte, que acaba com a morte de Gilson... E logo depois, em uma operação da Polícia Federal, é encontrada a arma que participou do assassinato de Gilson Nogueira, com, inclusive, um dos membros desse mesmo grupo. Quer dizer, júris continuam a acontecer o tempo todinho. Quer dizer, a gente sai de uma chacina para a configuração de um grupo de extermínio e, com a morte dessas pessoas, ainda com júris ainda acontecendo. Eu diria o seguinte: por bem ou por mal, eu acredito que lá no Rio Grande do Norte, hoje, nós não temos esse negócio de você contar presunto na segunda-feira. Eu acho que vocês estão mais ou menos nessa linha aí, não é? Sempre aparecendo... Eu diria o seguinte: que todo



esse trabalho, que vai de Mãe Luiza à configuração do grupo de extermínio, tem coisas novas nisso tudo. Aparece, digamos, um papel extremamente importante e interessante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Porque geralmente Ministério Público é aquela coisa: nem carnes, nem peixe. Pelo menos nesse processo de 88 para cá. E todo esse processo que chega na configuração do grupo de extermínio, eu acho que dá, como a gente diz no Nordeste, uma determinada goga, não é? Parece que é a questão de uma identidade... E hoje o Ministério Público do Rio Grande do Norte é um Ministério Público extremamente, pelo menos para nós que trabalhamos com essa questão dos direitos humanos, extremamente confiável. Até porque, no momento em que apareceram cerca de 5 promotores para começar a sair daquele... A gente saiu fazendo um levantamento, e isso teve que se transformar em investigação, em processo e em júris. Então, esse grupo de promotores fez um trabalho extremamente importante. Inclusive, com o seguinte detalhe: hoje o atual Procurador-Geral é o mais atuante daqueles promotores. Talvez fosse até, Deputado Luiz Couto, muito interessante, digamos, a presença aqui nesta CPI do Procurador-Geral Fernando Vasconcelos. O Fernando, além de ele ter participado, digamos, de todo esse processo, conhece toda as nuances. E eu fico aqui com o seguinte detalhe também: que eu só posso também aqui narrar aquilo que eu posso provar. Isso é um negócio meio complicado, porque a gente acaba conhecendo todos os detalhes, todas as nuances disso tudo, e muita coisa você não pode provar, porque senão você acaba sendo processado, porque a gente sabe exatamente quem é quem e quem matou quem. Agora, com o seguinte detalhe: esse grupo do Rio Grande do Norte é chefiado por alguém que continua no poder. Talvez esse seja o elemento que eu possa trazer, que vocês ainda estão ainda naquela em que cadáveres existem e estão acontecendo todo dia, não é? Aparece relatora da ONU, no outro dia mata gente. A gente já teve um processo no Rio Grande do Norte, no qual muita gente morreu, alguma coisa foi estancada, mas, em termos gerais, aqueles que ocupavam ou que estavam em cargos estratégicos dentro do aparato da polícia continuam da mesma forma. Então, quer dizer, a gente vive mais ou menos essa dicotomia de achar que fez alguma coisa e ter a sensação de que não houve nada. Eu acho que é mais ou menos por aí. Pronto. Partindo dessa ligeira introdução, eu tive... Como o Delegado Plácido vinha aqui também, nós



fizemos assim... conversamos longamente esse final de semana. Ele está, inclusive, trazendo mais material, e eu vou me ater aqui a determinadas reflexões sobre a questão desse grupo de extermínio no Rio Grande do Norte. Então, quer dizer, esta CPI, eu gostaria de começar colocando, é um alento para nós — viu, Deputado Luiz Couto? —, humanistas, militantes de direitos humanos do Estado do Rio Grande do Norte, e todos aqueles que estão mexendo com esse tipo de coisa. Porque o nosso medo é que a impunidade continue vencendo a justiça e a nossa luta. O que nós temos nisso tudo? Nós temos duas pessoas que foram assassinadas. Sabe aquela que mata, assassina em sol quente, está querendo matar para que não continue? E esses assassinos continuam impunes. Muita coisa a gente pode dizer, porque eu também não estou querendo aqui achar que tudo está ruim demais e nada presta. Mas a idéia é que alguma coisa avançou, mas pessoas morreram, continuam impunes esses crimes. E, como não existisse nada, as pessoas que estão envolvidas nisso continuam nos esquemas do poder. E independente do Governo, este é o grande detalhe. Eu sempre digo que eu acho que a gente tem uma certa divisão do trabalho em todo esse tipo de safadeza, não é? Quer dizer, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a gente pode dizer, passou pelo Governo do Sr. Garibaldi Filho — 8 anos. Nós tivemos vários secretários. Tivemos o Secretário Roberto Furtado, tivemos o General José Carlos Leite — inclusive, ele era lá de Recife e gostava muito de Pinochet — e o Anísio Marinho Neto. A gente tinha desde um general animado com o Pinochet até alguém do Ministério Público, que, dentro desse esquema... Você até perguntou para mim, hoje, sobre o que está acontecendo lá no Rio Grande do Norte com o dossiê e tal. Porque, agora, como está essa conversa que Garibaldi Filho vai virar Ministro, aí voltou o tal do caso do som. Então, o caso do som foi... e rápido. Só para vocês entenderem um pouco do que eu estou dizendo, que você tem desde Roberto Furtado, que era um militante de direitos humanos, que depois não ficou tão militante assim; o General Leite, que foi do V Exército, lá em Recife — IV ou V; e Anísio Marinho, que foi inclusive também um desses promotores. Mas, dentro dessas questões, digamos, dessas políticas que temos por lá, teve o detalhe de um empreiteiro picareta que entrou para fazer aquela jogada dentro do Governo. Isso deu um problema extremamente complicado, que talvez até dinamite essa possibilidade de Garibaldi Filho ser Ministro do Governo.



Então, quer dizer, nós tivemos Governos de Garibaldi Filho passando pelo Sr. Fernando Freire e chegando até agora à Sra. Vilma Maia... Então, continuam aquelas mesmas pessoas nos cargos. Esse povo parece que tem Super Bonder. E com um detalhe: nós temos, hoje, um Secretário, o Sr. Cláudio Santos, que acaba sendo também ligado a ex-Secretários, como o Sr. Manoel de Brito, que é daquele povo muito ligado a militar, e o que acontece é o seguinte: quando a gente imaginava que nesse Governo Vilma alguma coisa... Pelo menos o Sr. Maurílio Pinto — depois eu vou dizer quais os cargos que ele anda pegando —, a gente pensava que isso não ia dar em nada, novamente ele foi nomeado. Logo, foi um rompimento... Esse próprio Sr. Cláudio Santos, que é o Secretário de Defesa Social, é o mesmo Secretário que disse, um dia desses, não sei se os senhores tiveram conhecimento aqui... que deu uma declaração... não sei se ele estava muito empolgado... que disse que a polícia era para fazer emboscadas, e se reagissem era para atirar. Pelo menos que eu entenda, quem faz emboscada é bandido e não um Secretário de Defesa Social da Sra. Vilma Maia, que hoje diz que é PCB, mas é o povo que já vem desde a época de Catolé do Rocha, do povo pesado da ARENA. Então, quer dizer, nada muda nisso tudo. Quer dizer, o Sr. Maurílio Pinto de Medeiros, que é do conhecimento público ser o chefe do grupo Meninos de Ouro, também chamado, fora do paraíso, de Golden Boys, sempre ocupa cargos de destaque. Para falar a verdade, o seu pai inicia uma espécie de oligarquia policial no Estado do Rio Grande do Norte. Ele é uma espécie do nefasto Delegado Celso de Fleury, do Rio Grande do Norte. Vem de longe.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por que Meninos de Ouro?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Deputado, porque eu acredito que é um pouco em cima dos Homens de Ouro, que tinha no Rio de Janeiro. Eu acho que os homens viraram menino. Se eu me lembro... Aqui é muito conhecida a questão da Le Cocq, a Escuderia Le Cocq, que à época, se não me engano, do Governador Lacerda, tinha os Homens de Ouro. Imagino que seja um pouco disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Os 7 homens de ouro?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - É um negócio assim. Quer dizer, os homens viraram meninos. Então, quer dizer, esse senhor foi, durante muito tempo, coordenador-geral, chefe de polícia nos Governos de Lavoisier Maia e José



Agripino. Logo depois, ele foi Secretário Adjunto de Segurança Pública. E com um detalhe: no meio da confusão da morte de Gilson, ele foi afastado por imposição do Ministro Jobim. Ele saiu daqui de Brasília e, como diz o outro, a cabeça de Maurílio caiu naquela época. Logo depois, ele vira Subsecretário de Polícia Civil, voltando no próprio Governo de Garibaldi. Logo depois, Coordenador do Serviço de Inteligência e Informação. Hoje, Subsecretário de Defesa Social, no Governo da Sra. Vilma Maia. Segundo o Secretário Cláudio Santos, em entrevista na *Folha de S.Paulo*, no dia 26/10/2003, esse cargo é figurativo, segundo a *Folha*. Então, quer dizer, o que acontece é que eu acho que há alguma coisa... Como deve deter muita informação... Então, para não falar, alguém tem que segurar alguma coisa. E esse senhor defende abertamente a pena de morte. Diz que os policiais dele têm que espancar, faz operações sem ordem judicial, salientando que sempre fará dessa maneira. No caso do assassinato do travesti Antônio Lopes, Carla, ele disse ter ficado muito feliz com o assassinato de Antônio Lopes. É um inimigo declarado de todos aqueles que defendem o Estado de Direito no Rio Grande do Norte. Inclusive, aqui neste nosso *CD-Room*... Isso tudo que eu estou falando tem inclusive em vídeo. Com um detalhe: o Sr. Agnelo Alves, irmão de Aloízio, em algum momento chegou a levá-lo para... Porque lá eles são donos da televisão *Globo*. Levou lá, para defendê-lo. E esse rapaz disse abertamente que fazia diligência sem ordem judicial e sempre iria continuar fazendo. Quer dizer, faz realmente apologia sistemática da tortura e operações fora da lei. Seus auxiliares, o Sr. Jorge Luiz Fernandes, o Jorge Abafador, que foi aquela pessoa que eu citei anteriormente na dita chacina de Mãe Luiza, ele já foi condenado duas vezes a 47 anos de cadeia e continua solto. Continua solto, é isso mesmo. Para vocês terem uma idéia, todo esse material aqui... Eu, hoje, estou, há mais de 6 meses, como o Gilson, na época, estava, e logo depois mataram... Isso aqui tudinho já passou por tudo que é coisa de OEA da vida. Quem acompanha esse tipo de coisa sabe que, via OEA, conseguir medidas cautelares não é uma coisa fácil. Tanto que eu e Plácido tivemos medidas cautelares da OEA, que passaram mais ou menos 1 ano sem funcionar. E, no início do ano, quando o Secretário Nilmário Miranda fez aquela visita em Washington para limpar a barra do Governo brasileiro, botou isso tudo para funcionar. E com um detalhe, o seguinte: Jorge Abafador está solto. Eu acho isso uma provocação, porque, imaginem: OEA,



medidas cautelares, e este rapaz nunca — estou falando de Jorge —, nunca ficou dentro de uma penitenciária. E, no meio dessas medidas cautelares, transferiram ele para a 1ª Delegacia de Polícia, lá em Natal...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Dr. Roberto, nós somos Deputados e não somos da Paraíba. Então, não estamos muito afeitos...

(Não identificado) - Do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Norte. Então, quando o senhor fala o nome das pessoas, como o senhor está familiarizado, o Relator está familiarizado, então entendem bem. Nós, que somos leigos neste assunto, gostaria que, quando o senhor falasse as coisas, o fizesse de uma forma que nós pudéssemos entender. O nome do cidadão que o senhor falou neste instante aí, a gente não conhece, não sabe quem é. A gente precisa começar a entender as coisas, para, depois, perguntar ao senhor as coisas. Então, eu gostaria que o senhor colocasse de uma forma mais didática, para quem não conhece a problemática do Rio Grande do Norte.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Deputado José Carlos Araújo, eu vou ter 20 minutos para colocar uma luta que a gente está fazendo há vários anos. E, pelo que eu estou entendendo, logo depois eu vou ser indagado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não se preocupe com os 20 minutos, não, porque...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu gostaria de explicar a V.Sa. que, se houver necessidade, o tempo será prorrogado.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Agora, o Deputado também poderá fazer as perguntas necessárias, após a exposição...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Claro, claro.



O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Mas veja... Até porque a gente vai tentar sintetizar uma coisa que é complexa. Quer dizer, o caso em si... Quer dizer, digamos, o que aconteceu, de alguma maneira, a gente já deu um determinado encaminhamento, porque eu acho que o grande lance disso tudo talvez seja o *day after*. Quer dizer, muitas vezes, a gente está aqui, pelo que estou vendo, nesta CPI falando de coisas que estão acontecendo, e em escalas grandes. Então, estou querendo colocar aqui coisas que aconteceram no nosso Estado, que, de alguma maneira, a gente já trabalhou e avançou em muitas coisas. Mas existem questões, digamos, de cunho institucional que levam a determinadas impunidades, entendeu? Até para facilitar isso aqui, eu tentei trazer o máximo de material possível. Mas eu vou tentar pelo menos dizer os nomes dos personagens, que na verdade não vão ser muitos. Mas eu estava falando aqui do Sr. Jorge Luiz Fernandes. Esse aí é um dos matadores, que está em todas essas chacinas. É o dito Jorge Luiz Fernando, o Jorge Abafador. Com um detalhe: ele é do grupo de extermínio Meninos de Ouro. E com um detalhe: ele foi o primeiro policial que, no Nordeste, foi condenado por ter praticado chacina. Esse, talvez, seja o detalhe didático a colocar. E com um detalhe: nós sempre tivemos, nesse meio tempo, alguns apoios, porque senão a gente não tinha conseguido fazer isso. Quer dizer, em todos esses julgamentos, nós tivemos alguns apoios. Primeiramente, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal — daqui a pouco eu vou falar —, desde os Deputados Hélio Bicudo, Pedro Wilson, Nilmário Miranda, todo esse povo esteve por lá, de esquemas internacionais etc. etc. Então, quer dizer, a questão do Sr. Jorge Luiz Fernando que eu estou colocando é que, apesar de ter sido condenado duas vezes a 47 anos de prisão, nunca foi para a cadeia. E com um detalhe: logo depois, quando eu estava com a questão das medidas cautelares da OEA, ele foi exatamente para 80 metros de onde eu trabalho. Ou seja, era pertinho de onde eu estaciono o meu carro. Quer dizer, isso eu acho que é uma provocação. Isso já no Governo da Sra. Vilma Maia. E com um detalhe: ele sempre foi... E o Delegado Plácido vai explicitar isso aqui com muito detalhezinho, tudo isso que aconteceu. Eu estou tentando ler isso aqui, Deputado, para não ficar tão animado e sair um pouco da linha de raciocínio. Quer dizer, Jorge, condenado duas vezes a 47 anos, impunemente solto pelas ruas de Natal. E Otávio Ernesto, que era o outro braço direito do Sr. Maurílio Pinto de Medeiros, que, numa



operação da Polícia Federal, através do Delegado Serra Pinto, foi encontrada a arma que participou do assassinato do nosso advogado, Justo Nogueira. Otávio Ernesto, comparsa e braço direito, cuja arma foi encontrada em sua residência... E, segundo balística da PF... Então, o que acontece? Houve o primeiro julgamento. E com um detalhe: a gente teve esse apoio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Todos os assistentes de acusação sempre vieram em função de uma articulação com o Conselho Federal da OAB. Quer dizer, até o Dr. Marcelo Lavanere já participou também disso. Quer dizer, a gente, de alguma maneira, teve de nacionalizar esse tipo de luta, porque o esquema era realmente barra-pesada. Bem, o combate ao grupo de extermínio, como eu falei, começa nesse local, em Natal, que é um bairro que eu não diria... já foi periférico. Mas é um bairro que começou periférico, mas hoje... Quem conhece Natal... Nós temos, digamos, uma área nobre, que é a Via Costeira. Então, Mãe Luiza, hoje, fica espremido pela parte da cidade e a parte, hoje, que é o mar, que é exatamente onde tem aqueles hotéis todos. Então, um grupo de extermínio dentro da cúpula da polícia. O assassinato de Gilson. O assassinato... Porque Gilson era de uma cidade chamada Macaíba. Ele morava em Macaíba, que é uma cidade, assim, a 15 quilômetros de Natal. Gilson, o advogado. Gilson Nogueira era o advogado do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, que nós estávamos em todo esse trabalho de investigação. Primeiro, a gente começando na denúncia; depois entrou o Ministério Público, trabalhando. Ministério Público, ONG. Logo depois, quando o Ministério Público entra, já entra no novo tipo de patamar. Mas o nosso advogado Gilson Nogueira foi assassinado exatamente em condições extremamente barras-pesadas. Houve uma emboscada e mataram o Gilson. Logo depois, na mesma cidade de Macaíba, um amigo de infância do Sr. Gilson, nosso advogado, também foi morto, porque ele continuava essas investigações. E logo depois já começa a questão de ameaças. Quer dizer, até o próprio... Teve momento em que até promotor... Em algum momento em que o Deputado Hélio Bicudo foi lá para Natal, até havia uns 3 ou 4 promotores que estavam jurados de morte. Entra a questão das medidas cautelares da OEA, a transferência para Jorge ali para perto de onde nós estávamos, e eu estou há cerca de... eu acho que quase 6 meses com a proteção da Polícia Federal. Seria interessante, digamos, a vinda de Fernando, porque Fernando conhece, digamos,



tecnicamente todos os detalhes, digamos, porque, como eu disse, eu não posso falar muito aqui, porque daqui a pouco eu vou ser processado. Mas a gente sabe exatamente quem matou. E todos esses processos... muitos não puderam ser... em função disso tudo. E nós também tivemos, viu, Luís Couto... Quer dizer, eu acho que o... Vocês conhecem Percílio de Souza, não é? O Percílio, da OAB Federal. O Percílio também esteve em Natal, muitas vezes, acompanhando esse tipo de coisa. Agora, uma coisa que acontece, que é interessante, em função disso tudo: o Ouvidor da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Sr. Pedro Montenegro, e o Secretário Adjunto, Mário Mamede, do seu Estado, enviam correspondências lá para o nosso Estado, para todas as autoridades. E são totalmente ignoradas, tanto pela Governadora quanto pelo Sr. Cláudio Santos. Estou falando em relação, digamos, a Maurílio continuar dentro da cúpula da polícia. E eu acredito que... Na verdade, eu acredito que lá no nosso Estado, em função disso tudo, é como se fizessem um estatuto da gafeira: quem matou, matou; quem não matou, não mata mais. É o perigo que vocês têm aqui. Vocês podem até parar, mas se chega num determinado equilíbrio: *“Olha, a gente não mata mais, mas ninguém mexe mais com ninguém”*. Pode um ou outro... No caso, digamos, do Sr. Jorge Abafador, como ele era... que queria aparecer muito, falando muito, ele acabou sendo pego. Porque o que a gente sentiu foi o seguinte: aquelas pessoas que participavam de grupo de extermínio, aqueles que começaram, a partir dali, a ter uma determinada descrição, não aparecer mais em imprensa, em nada, esses foram totalmente ignorados, e dificilmente a gente vai pegar. Porque, nesse negócio de formação de quadrilha, só aparece mesmo quando alguém de dentro fala. E a gente só... Essas informações que eu estou trazendo aqui, a gente, em algum momento, teve pessoas dentro... que faziam parte do grupo de extermínio, que começaram a falar. E com um detalhe: parece um pouco aquela questão do irmão de Collor, não é? Segundo diz a língua miúda, tentaram pegar, mexer lá com a mulher de um policial — isso entre eles —, o policial ficou com raiva e começou a falar. É isso que... Eu acho muito difícil. Se você, digamos, não tiver a informação... Longe de mim querer dar conselho, mas a experiência é que diz: se não tiver alguém de dentro para passar informação, vai ser difícil. Lá a gente teve essa pessoa de grupo de extermínio, que falou, e também pessoas da própria polícia que passavam a informação, até, às vezes, querendo



almejar cargo, porque sabem que caem alguns e outros têm que ocupar. Então, eu acredito que há toda uma espécie de pacto de hipocrisia nisso tudo. Todos se fazem de doidos. E no final, Deputado, a gente acaba sendo mesmo uns malucos, porque, na verdade, a gente entra numa coisa que a gente não imaginava ser tão séria, não tem mais como sair, e as instituições... fica todo mundo fazendo jogo de cena. Quer dizer, tem que ter um dado novo, alguém de dentro, alguma coisa assim para pegar fogo. Então, com um detalhe, não é? Desse secretário atual... Quer dizer, todos continuam... Sabe aquela história? Acho que é isso, é o esquema do estatuto da gafeira: matou, matou, ninguém mata mais. E vem com aquele papo: não, a gente precisa de tempo, vamos conversar, vamos com isso, quando na verdade é para exatamente parar tudo. Acho que vocês vão ter esse probleminha também. E com um detalhe: eu estou aqui falando só de polícia, mas as relações com os outros Poderes são... E eu vou dizer uma coisa forte agora. Judiciário. O Deputado João Alfredo gosta muito dessas coisas de Judiciário, não é? Bota mais esta aí para as suas histórias: o Juiz da Vara de Execuções Penais, Sr. Carlos Adel, da 12ª Vara Criminal, diz para quem quiser ouvir, no Rio Grande do Norte, que, enquanto ele for juiz da Vara de Execuções Penais, Jorge Abafador jamais irá para uma penitenciária. E tem um detalhe. É o seguinte: eu, como Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos... Teve uma época em que o próprio Sr. Carlos Adel foi a uma reunião nossa, e eu perguntei: *“Como está a situação de Jorge?”* O que acontece? Ele disse que não conhecia. E com um detalhe, que eu vou colocar mais adiante. Quer dizer, o Sr. Carlos Adel diz para quem quiser ouvir que não vai dar em nada. Quer dizer, o problema não é só no Executivo. Todo mundo sabe. Quem não sabe que nos seus Estados há esse tipo de problema, em que as relações entre esse tipo de povo e o Judiciário são relações extremamente promíscuas? Então, eu digo, até como uma forma de provocação, até para a gente rir um pouco, que no dia em que um relator especial da ONU vier aqui para olhar o Judiciário do Brasil, a gente vai pedir que ele vá ao Rio Grande do Norte e que, a primeira coisa, vá ver lá a atuação desse Sr. Carlos Adel, porque não pode um negócio desse. Temos conhecimento — e nós vimos no dia-a-dia, nos júris — da relação promíscua entre integrantes do Judiciário e o grupo de extermínio Meninos de Ouro, quando eles chegavam a comemorar em granjas de juízes, que inclusive estavam fazendo júri,



com churrascos e bebedeiras. Quer dizer, quando começar, podem esperar que as relações entre esse povo e... Não sei o de vocês; estou falando de onde eu vivo. A relação com o Judiciário tem que entrar aí, porque... Para vocês terem uma idéia, Jorge Abafador, imaginem, foi condenado duas vezes — estou falando de um dos crimes dele — a 47 anos de prisão e não perdeu o cargo. Só perdeu agora que teve um novo júri. O que aconteceu? Ele, como quis brigar, o pessoal do Judiciário se sentiu um pouco desmoralizado, porque 5 vezes ele não apareceu. Aí, perdeu agora, pegou mais 15 anos e perdeu o cargo. Tem ficha limpa. O negócio é sério. Então, é necessário um observatório do Judiciário em nosso Estado para levantar esses escândalos. Estamos precisando inclusive de mecanismos novos. Quer dizer, quando a gente fica pegando assim determinadas coisas, se for na estatística, a Faixa de Gaza não é isso tudo não. Se formos pegar quantas pessoas morrem com esse tipo de coisa no País, são dados extremamente barras-pesadas. Então, eu acho que a gente também tem de começar a pensar em novos mecanismos de monitoramento desse tipo de gente. Gente, não; vou retificar: desse tipo de poder. Eu acho que é importante, porque muitas vezes a gente fica naquela de só atacar a polícia, quando, muitas vezes, a gente sabe que isso é uma coisa interligada. Tem executivo que dá apoio. Antigamente, a gente tinha cangaceiro no Nordeste e tinha os coiteiros. Esse povo tem muito coiteiro. Na realidade, eu estou falando de alguém que foi preso — o tal de Jorge Abafador —, que foi preso, condenado duas vezes a 47 anos, sem ter mais o que apelar, que continua solto. Vocês sabem que lá no Rio Grande do Norte tem o tal do Carnatal, não é? A gente já o viu na pipoca do Carnatal... O que é pipoca? Você, quando compra aquela roupa, você segue, e as pessoas com menor poder aquisitivo acompanham ao largo. Aquilo se chama pipoca. Nós já o vimos — a gente não conseguiu provar — dançando no Carnatal. Vários júris... Amanhã, eu acho que o Delegado Plácido vai dizer com detalhes. Ele estava numa delegacia de polícia — imaginem, um condenado duas vezes a 47 anos — com uma pistola Glock, com a chave da cela e com a cachorrinha. Vai ser bom, porque Plácido vai trazer todo esse material para vocês. Ele sabe até de quem ele recebeu a Glock de presente. Ele acionou os esquemas lá do pessoal amigo nosso, do James Cavalaro, que foi comprada no mercado negro. Está na cara que a gente não ia pegar. O filho de Maurílio Pinto, que é mais um dessa geração — eu



acho que o Plácido vai trazer todo esse material amanhã também —, acabou de matar um na zona norte. É o estrito cumprimento do dever legal. E outra coisa é o seguinte: o assassinato do advogado Gilson Nogueira continua impune. Na próxima reunião que vai haver agora, da Comissão de Direitos Humanos da OEA, possivelmente o Governo brasileiro vai ser responsabilizado. Eu acho que é esperar que esta CPI desmantele esses grupos de criminosos infiltrados no aparelho policial do nosso Estado, com apoio indireto ou não do Governo da Sra. Vilma Maia e do seu Secretário Cláudio Santos. Uma sugestão para esta CPI: eu acho que uma forma boa de pressionar as ditas autoridades é criar mecanismos de sanção. Como? Deixando de liberar verbas em determinadas áreas, enquanto persistir a situação, como acontece no Código de Defesa do Consumidor. Vou dar um exemplo bem concreto. Atualmente, no nosso Estado, houve uma grande polêmica. O Secretário quis privatizar os presídios. Não teve nem muita discussão de cunho ideológico. O que acontece é o seguinte: se ele fizesse isso, não teria mais verba. E o argumento da Governadora, que não quis mais nem conversar, foi o seguinte: se for privatizado e se alguém bater, espancar algum preso, não vai ser mais um problema interno; isso aqui pode virar processo. Eu, particularmente, acho interessante a gente começar a pensar em mecanismos. Eu trabalhei... Eu sou economista. Eu trabalhei 15 anos... Eu não sou profissional nessa área. Na verdade, sou uma pessoa que trabalha há 23 anos na questão de direitos humanos. Quer dizer, muita coisa é experiência do dia-a-dia. Mas eu tive uma experiência muito boa. No momento em que eu estava no PROCON do meu Estado, vi, digamos, a importância de você criar determinados mecanismos, de criar também problema para quem não cumpre a lei. Vou dar um exemplo, só para se ter uma idéia, de um grande comerciante do Estado, que é dono de muitas farmácias e tal. Lembro que um dia eu o vi sendo levado para o PROCON, porque vocês sabem que todo ano tem uma lista das pessoas que...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu gostaria...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Eu estou concluindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu sei. Vou só sugerir...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Num minuto eu fecho.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ...até para o andamento... V.Sa. vai voltar a falar, deve voltar a falar no encerramento, no seu fecho. Essa parte, a parte propositiva, que V.Sa. está colocando, e que é interessante que esta CPI também tenha essa parte, poderíamos deixar para o seu fecho, porque...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Ela já está no fecho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ...porque o senhor falou muita coisa importante, e eu queria fazer algumas perguntas antes dessa sua parte final, dentro do que já foi dito, e deixar essa parte do fecho, propositiva, porque temos algumas coisas que gostaríamos que realmente fossem explicadas, e o senhor poderia nos dar muitos subsídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado José Carlos Araújo, com a compreensão de V.Exa, V.Exa. vai ter todo o tempo disponível para fazer as perguntas que V.Exa. achar necessárias ao expositor. E ele vai concluir a exposição.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Só tenho 3 parágrafos para ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - ...em poucos minutos.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Não, eu acho o seguinte... Eu acho que essa questão também de criar sanção... Não digo criar sanção. Esse negócio de criara sanção não é legal. Talvez seja criar, digamos, aquele... Digamos, um Secretário de Estado ou um Governador de um Estado que tem esse tipo de coisa, aquele que protege, de uma maneira tácita ou não, alguém ligado a grupos de extermínio, ser uma espécie de coiteiro do século XXI, está na cara que ele não vai ter as mesmas benesses, em termos de sistema único, que um que cumpre o esquema da lei. E, para concluir, é preciso fazer com que as nossas autoridades estaduais saiam do discurso dos fora-da-lei, protegendo na prática aqueles que atentam contra a vida, contra a democracia e o Estado de Direito — as 3 frasezinhas que eu tinha para concluir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já que o Deputado José Carlos Araújo quer perguntar, sou Relator e dou permissão para que V.Exa... Ele é da Bahia, homem forte da Bahia.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Baiano conhece bem...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa., Deputado José Carlos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu quero agradecer ao Relator a deferência de permitir que eu faça algumas perguntas ao Dr. Roberto de Oliveira Monte. Pelo que eu entendo, o senhor não é advogado. O senhor é, acabou de dizer... Parece que é economista, não é?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Mas tenho 23 anos nesse tipo de coisa, viu, Deputado? Conheço muita coisa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, eu... Preste atenção, eu acredito... Eu também não sou advogado.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Talvez eu esteja falando...

(Não identificado) - Para conhecer criminoso não precisa ser advogado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Também não sou advogado, sou administrador, e a maior faculdade é aquela da vida. Tenho certeza de que, com a sua vivência, V.Sa. deve ter aprendido, ter vivenciado muita coisa. Na sua visão, quem é que esta CPI deveria trazer para ouvir? A Governadora? O Secretário de Segurança Pública? Quem da Polícia deveríamos trazer aqui para ouvir, já que, pelo que eu vi, a polícia do Rio Grande do Norte, ou uma grande parte dela, está envolvida nesse emaranhado de crimes de mando? E quando eu vejo que um policial foi condenado a 47 anos e até hoje ele não cumpriu pena, realmente é de estarrecer. Alguém tem de explicar uma coisa desse tipo. Como é que um policial que foi condenado a 47 anos, por vários crimes que cometeu, ainda faz parte do aparelho do Estado? É realmente de estarrecer. Eu acho que quem deveria vir aqui era o Secretário de Segurança Pública, para explicar esse tipo de coisa. E aí, Sr. Presidente, Sr. Relator, devemos fazer, a partir de agora, um requerimento convocando ou convidando o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Norte para vir aqui. Eu acho que esse é o primeiro passo para que a gente possa desvendar e ver, puxar o emaranhado do Rio Grande do Norte. E aí caberia pedir ao Dr. Roberto... O senhor poderia nos auxiliar e nos dar — se não puder ser aqui, agora, ao Relator e ao Presidente, em separado — nomes de pessoas que deveriam vir aqui. Uma coisa, Sr. Presidente, Sr. Relator, é nós irmos lá, em audiência pública.



E na minha terra, no sertão da Bahia, dizem que boi em terra dos outros é vaca. Portanto, é melhor trazer para cá, para a casa da gente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso, Deputado, é o seguinte: o requerimento de convocação dos Secretários de Segurança Pública dos Estados do Nordeste já foi aprovado. Foi o Deputado Josias Quintal, do Rio de Janeiro, que o apresentou. Mas ele apresentou também outro requerimento solicitando que cada secretário de defesa social, ou de segurança, encaminhasse os dados sobre a questão de homicídios com características de extermínio. Até agora, só o Estado de V.Exa... o Secretário, na última reunião, é que tinha encaminhado; os outros, até agora, não encaminharam. Então, estamos esperando isso aqui. E essa vinda do Dr. Roberto, como também do Dr. Plácido, é para nos dar elementos para que, no dia em que o Secretário vier aqui, termos elementos para também questionar. V.Exa. tem toda a razão: ele será ouvido aqui nesta CPI.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Acho que esse é o ponto fundamental, o ponto de partida que temos que trazer aqui. E nesse dia, o Dr. Roberto deveria estar aqui para nos subsidiar e nos dar elementos para essa coisa. É realmente estarrecedor...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Deputado, a sua perplexidade é a minha, porque, veja só, partindo de uma coisa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Permita-me. O Conselho Estadual de Direitos Humanos é nomeado pelo Governo? Como é que ele funciona?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - No Rio Grande do Norte, nosso conselho não é biônico, não. Primeiramente, quero colocar o seguinte: não estou querendo partir aqui, digamos, daquela história de que é o bonzinho contra o ruinzinho, o bem contra o mal. Acredito o seguinte: eu, como venho de igreja, sempre acredito que dentro de tudo há um santo e um pecador. Então, quer dizer, talvez isso seja a grande dicotomia, digamos, a gente que vem das antigas, aqueles que trabalharam na época contra a ditadura militar, e há muitos fascistas por aí, travestidos, com discurso bonitinho. Então, o que acontece é o seguinte: no momento em que trabalhamos coisas de grupos de extermínios, estamos trabalhando coisas do passado, mas também coisas de futuro. Eu diria o seguinte: não estou querendo...



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Diga o presente, não fale do futuro, não, porque estamos aqui...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Não, mas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO -... não queremos fazer parte desse futuro, não.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Não, estou querendo dizer que não estou querendo trazer a sinistrose. Quer dizer, nós... o senhor sabe que a dialética, a contradição, muitas vezes acaba auxiliando determinadas coisas. No Rio Grande do Norte, não tínhamos muita saída. Tivemos que fazer um Programa Estadual de Direitos Humanos. Estou dizendo coisa boa. Esse Programa Estadual de Direitos Humanos, fizemos com a USP. Desse nosso Programa Estadual de Direitos Humanos, temos o companheiro nosso que, via Conselho Estadual de Direitos Humanos, que é paritário, inclusive, o meu vice é um Coronel do Exército... O que é que tem? O Ouvidor de Polícia, que também é o primeiro ouvidor independente do Nordeste, sai disso. Quer dizer, sempre temos coisas que prestam e coisas que não prestam. Então, temos que trabalhar um pouco o seguinte: todo mundo sabe, e isso está dentro da cultura brasileira... a própria anistia foi um pouco isso, o termo conexo, quer dizer, esquece-se tudo. Então, o que acontece? Muitas vezes, está-se trabalhando com essas coisas do passado, mas, ao mesmo tempo, temos que tocar a vida adiante. Coisas aconteceram. Interessante é que o mundo está mudando, quer dizer, quando se discute um sistema único de segurança, os brucutus, os fascistas de antigamente, poucos são os que têm o molejo e a animação de pegar o discurso novo. Mas acredito o seguinte: que a degeneração do DNA, ou a idade... o tempo acaba, de alguma maneira, se bem que muitas vezes o novo pode ser mais antigo do que o antigo. Mas nisso tudo, quero dizer o seguinte: a indagação do Deputado José Carlos Araújo... a perplexidade é minha. Queria entender, agora, vou... A coisa é mais complexa. Eu não vou querer entrar, digamos... Eu vou falar aqui de maçonaria? O Sr. Maurílio Pinto de Medeiros virou maçom. Não tenho o menor interesse, porque às formas de resistência até dos fascistas, eles também se adaptam. A coisa é muito mais complexa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Roberto, me permita o seguinte: o aparelho policial... Vamos separar o Judiciário, o Executivo e o policial, a



parte do Executivo da parte policial. Pelo que eu entendi, o Secretário de Segurança Pública já fez parte de vários Governos, não é isso?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Não. Eu falei que vários secretários, em vários Governos... todos botaram a mão na cabeça, como a gente diz lá no Nordeste. Segurou a onda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas tem geralmente o Delegado-Chefe, que passa por vários Governos e tal. Esse também está envolvido nesse emaranhado aí?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - O Sr. Maurílio Pinto está em todos esses Governos. Eu acredito até que... O próprio Secretário Cláudio Santos, como eu falei aqui, na *Folha de S.Paulo*... Não sei nem se um Secretário pode dizer isso. Alguém pode dizer que um cargo é figurativo? Se é figurativo, é para segurar algum tipo de intenção.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas, muitas vezes, o próprio Secretário não é a pessoa talvez mais conveniente a vir falar. Talvez fosse abaixo do Secretário, o Delegado-Chefe.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Se isso fosse há 8 anos, 10 anos atrás, cerca de 8 anos atrás, quando o negócio estava pegando fogo, e o agora Ministro Nilmário Miranda dizia para a gente: "Tenha calma, porque o próprio Governador vai precisar de um tempo para refazer os seus quadros"... O que acontece é que continua do mesmo jeito.

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Eu quero dizer uma coisa. Eu quero dizer, Deputado, meu colega de Parlamento, meu colega de Câmara Federal, que eu não gosto de empurrar as coisas com a barriga. No Piauí, nós acabamos com o crime organizado com coragem e com determinação. Eu sofri atentados à bala, mas nunca recuei, nunca recuei. Estão todos presos. Agora, onde é que está o Poder Judiciário? Estão todos pronunciados por homicídios dolosos, com requinte de crueldade. Agora, tem ramificações no Legislativo, no Executivo e no Judiciário. E por que não julgam os recursos? Por que não julgam os recursos em sentido estrito das sentenças de pronúncia pelas quais aqueles assassinos foram pronunciados? Por que não julgam? Porque o Presidente do Tribunal à época é um corrupto, é um cabra safado. Chamei aqui para todo mundo ouvir. Sou um



Parlamentar, sou um Deputado Federal eleito pelo povo. Então, eu digo aqui: estão todos eles envolvidos com isso. Não venho para cá empurrar as coisas com a barriga, não, Deputado. O senhor é um homem branco, bonito. Agora, só matam preto e pobre. Para matar preto e pobre existe Justiça neste País. Agora, para fazer justiça contra ladrões do dinheiro público, não tem. Houve, recentemente, no Piauí, um escândalo envolvendo mais de 30 milhões de reais para eleger Deputados Federais, eleger Deputados Estaduais e eleger o próprio Governador, que perdeu a eleição. E isso não está dando em nada. Agora, um preto, um pobre, para ser assassinado em uma esquina, e a Polícia fechar os olhos, e o Judiciário fechar os olhos, é fácil. Agora, mate o filho de um pobre, não dá em nada; mate o filho de um rico, mate um filho de um empresário, esses estão preservados pela Justiça, porque nós vivemos uma Justiça — é esta a verdade que tem que ser dita aqui —, de elite, uma Justiça de classes, como a nossa sociedade é uma sociedade de classes. A elite é que manda na Justiça. Se você mata um preto, se você mata um pobre, você está isento da punição. Agora, mate um rico. Mate, Deputado, um rico. O senhor pode mandar matar um preto e um pobre. Mande matar. O senhor está isento disso. Não há juiz nenhum no mundo que vá julgá-lo. Não existirá nenhum juiz no mundo que vai julgá-lo. Agora, pegue um corrupto e bote na cadeia, e o senhor vai ver um clamor dentro da Justiça, porque a Justiça, o Poder Judiciário hoje é contaminado pela corrupção. Esta é a verdade que tem que ser dita aqui nesta Comissão. Esta é a verdade que tem que ser dita aqui, e eu tenho coragem e ousadia para dizer para todo mundo ouvir aqui que esse Judiciário está contaminado por ladrões e por corruptos. E essa Polícia Civil também, a sua banda podre, e a banda podre da Polícia Militar, que vive de furto, que vive de assalto, que vive de extorsão, que vive de tudo quanto é tipo de crime que se pode cometer. Essa história de vir empurrar a verdade aqui com a barriga, Deputado, me perdoe, eu adoro o senhor, o senhor é um homem bonito, novo. Então, não esconda a verdade. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - O que o Deputado Afonso Gil coloca é uma coisa interessante, porque muitas vezes, quando a gente está aqui, a gente tem que, talvez, manear um pouco a questão da linguagem, porque, digamos... Quem matou Gilson Nogueira? Eu sei quem matou Gilson Nogueira.



O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Mas quem matou, no Piauí? Eu sofri um atentado à bala, na calada da noite, quando eu dormia com minhas crianças dentro de casa. Quem matou, no Piauí? Correia Lima está lá preso. E a Justiça nunca julgou, nunca teve coragem de colocá-lo no Tribunal do Júri. Essa história de CPI do Extermínio, nós temos que fazer isso aqui para chamar todo mundo, chamar Governador de Estado, chamar Presidente de Tribunal de Justiça, e não só “secretariozinho” de segurança, não, de cargo de confiança, não. Isso é besteira. É um cara que é demissível *ad nutum*. Ele é demitido na hora em que o Governador quiser. Vamos chamar aqui o Presidente do Tribunal de Justiça. Vamos chamá-lo aqui para dizer por que ele não julga os processos daquele bando criminoso que tinha lá, que me atacou. E tenho fé de que a verdade vai prevalecer sobre a mentira e de que o bem vai prevalecer sobre o mal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu gostaria de informar ao nobre Deputado Afonso Gil... Ele tem todo o direito de estar indignado com o que ele achar que deve estar. Agora, esta CPI foi criada e instalada há pouco mais de 1 mês, e tenho certeza absoluta de que nenhum membro desta Comissão, seja ele efetivo, seja ele suplente, seja Presidente, seja Relator... nosso interesse é apurar a verdade. Se necessário, a CPI convoca governador, presidente de tribunal. Agora, é óbvio que não há nenhum interesse de convidar ou convocar um presidente de Tribunal de Justiça onde a CPI está iniciando agora.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Estamos ouvindo...

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Respeito o ponto de vista do senhor. Tudo bem

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Estamos ouvindo primeiro, porque em qualquer crime a gente tem que apurar, tem que ouvir várias partes. Não é chegar aqui e de imediato convocá-lo para CPI.

O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Claro, claro. A CPI tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem, concedo a palavra...



O SR. DEPUTADO PROMOTOR AFONSO GIL - Não, senhor, meu colega Deputado. É evidente, ela tem um procedimento. Perdoe-me se eu me antecipei e fiz algum pronunciamento antecipado. Agora, que tem que haver isso, tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Sr. Presidente, queria até que o Deputado Afonso Gil nos desse um pouco de atenção. O que o Deputado Afonso Gil levanta, para mim, é da maior procedência. Primeiro, o depoimento do nosso amigo Roberto — eu o chamo de Roberto porque conheço o seu trabalho, a sua militância no Rio Grande do Norte e que hoje, inclusive, tem uma dimensão nacional — levanta o aspecto de juiz do seu Estado que claramente afirmara que, enquanto ele fosse juiz, uma pessoa lá... Abafador, não é?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Jorge Abafador.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Jorge Abafador... Não seria nunca preso.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Eu ia para a penitenciária em regime fechado.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Então, esse dado agora nós estamos ouvindo do Deputado Afonso Gil, o seu testemunho de vida. Todos acompanhamos o que aconteceu lá, no Estado do Piauí, acerca desses processos que não têm andamento, que não têm seqüência, que não têm fim, que correm ou estão parados no âmbito do Judiciário. No meu Estado, o Estado do Ceará, nós tentamos inclusive abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Não tivemos êxito, mas a pressão da sociedade fez com que 3 juízes e 2 desembargadores viessem a ser afastados; acabaram por retornar neste ano. Um deles, inclusive — eu tive acesso a uma parte dos autos do procedimento administrativo —, fez tráfico de influência em favor de um dos maiores traficantes de drogas do Estado do Ceará. Há o depoimento de um juiz — de um juiz! —, dizendo que tinha sido pressionado por este desembargador para liberar o traficante, para absolver o traficante. Está lá, o Estado do Ceará sabe dessa situação. Então, eu penso... O próprio Roberto me passou do Judiciário, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte; eu tenho do Estado do Piauí; recebi da Paraíba, por parte do ex-Deputado, nosso companheiro de partido, Avenzoar Arruda. E são



vários desses casos. Nós tivemos agora, recentemente, a Operação Anaconda vindo à tona, nós tivemos o afastamento dos desembargadores federais relativos à Operação Diamante, nós temos ainda o caso de um Ministro do STJ, Vicente Leal, que é do Piauí, mas fez carreira no Ceará, que está pendente de análise no STJ; todos casos que relacionam membros do Judiciário com o crime organizado. Então, eu faria aqui uma sugestão ao Presidente e ao Relator de que nós pudéssemos, na medida em que fôssemos coletando esses depoimentos, ir levantando a situação do Judiciário, ou dos Judiciários, em cada um desses casos. Por exemplo, o Deputado Luiz Couto esteve agora no Ceará, numa audiência no Limoeiro, conversou inclusive com o Deputado Estadual Paulo Duarte. Há um caso lá em que é envolvido, é acusado, é indiciado um Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Pernambuco. Então, era importante que a gente fizesse essa relação, tanto do ponto de vista de levantamento de membros da Magistratura, que eu acredito que sejam minoria, com o crime, como de casos como esse e também o que o Deputado Afonso falou há pouco, em que é o Judiciário que entrava na apuração. Disso é muito importante a gente fazer o levantamento. A cumplicidade, a desídia, o favorecimento, tráfico de influência, esses dados nós temos que levantar, porque, de qualquer jeito, é lá que as coisas esbarram. As CPIs fazem o seu trabalho, muitas vezes a polícia faz — é certo que tem uma banda podre, mas tem uma parte que efetivamente trabalha —, mas tudo isso deságua no Judiciário. Se o Judiciário não quiser, não faz. E tudo isso cai no descrédito. Muitas vezes, as CPIs caem no descrédito não pelas CPIs em si, porque elas fazem um trabalho de apuração. Elas levantam as provas, elas tomam os documentos e elas os enviam à Justiça. É muitas vezes a Justiça, vamos dizer, que frustra aquela expectativa com relação à punição dos culpados, ao julgamento e à punição dos culpados. Então, acho que seria interessante — digo isso aqui para o Relator, sei do seu trabalho no Estado da Paraíba, do seu compromisso nessa luta —, ao lado de levantar os casos em si dos grupos de extermínio que existem em vários Estados, às vezes mais de um num Estado, que pudéssemos ir levantando essa situação e fazendo a relação com o próprio Judiciário. Acho que a gente está vivendo um momento importante desse debate, não para denegrir, não para desmoralizar o Judiciário, porque na verdade quando se pugna pelo controle externo do Judiciário, quando se pugna por



democratização e moralização do Judiciário, estamos defendendo o Judiciário, para que se extirpem ali do Poder aqueles que não merecem vestir as togas. Então, acho que esse é um trabalho importante, porque há relação. O Alberto falou... Eu faria a seguinte pergunta: onde mais vocês, lá, do Conselho de Direitos Humanos, identificam essa cumplicidade, essa relação de membros do Judiciário do Rio Grande do Norte com grupos de extermínio, com pistolagem, com crime organizado?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - João, vou fazer até mais do que uma reflexão em cima dessa vivência que a gente teve. Acho que às vezes a gente trabalha muito com determinados instrumentos tipo polícia, Executivo, Judiciário, tal. Na verdade, há um sistema, um sistemão que se preserva. O que a gente sentiu... Vou dizer o que outras pessoas não diriam, mas vou colocar até como reflexão, talvez seja um ponto interessante. A gente conseguiu fazer um desgaste muito grande desse Sr. Maurílio Pinto de Medeiros. Em determinado momento, ele virou maçom. Tanto que ele está querendo entrar... Sei que estou mexendo em nitroglicerina pura. A gente está querendo agora entrar com esse pessoal do Grande Oriente para saber o que é que norteia a entrada de uma pessoa que tem esse tipo de perfil. Viu, João? O que estou querendo colocar é que esse tipo de coisa é algo extremamente complexo. Depois que você entra numa briga dessas... Na verdade, é como sempre digo, a coisa mais sem futuro é brigar com polícia, mas depois você não pode sair. No final, acho que só você mesmo quer resolver, e não tem mais como sair. Mas isso tem uma complexidade, porque temos 500 anos de domínio. São 500 anos de arrumadinhos, são 500 anos em que a classe dominante se protege. É como o Deputado Gil falou ali: a lei no Brasil não pega Fernando Collor de Mello, não pega alguém que vem de classe dominante. Então, quer dizer, acho que talvez a reflexão seja essa. Uma CPI como esta, acho que consegue estancar o desmantelo do excesso. Se morrem 100, a partir de agora deixam de morrer 100. Mas vocês leiam aqui o material do *Justiça Global*. Aqui tem, no caso específico do Rio Grande do Norte, uma execução sumária que foi feita por esse mesmo povo, usando AR-15. E tem coisa que não posso dar nomes, porque isso acabou ficando... Essa arma a gente sabia onde estava: estava numa *factoring* da vida, que faz todo o esquema de lavagem de dinheiro desse povo. A coisa é muito mais complexa. Então, acho que a gente está mexendo com todas as contradições nos seus lugares



mais terminais. A experiência que a gente tem em relação a esse grupo de extermínio... E acho que o que posso trazer de novidade é mostrar o seguinte: uma coisa é você sustar o dismantelo total. A partir dali, começa toda uma operação-abafa, todo um empurra. Pode trazer Cláudio Santos aqui, ele vai dizer que o juiz não fez. O juiz diz... Entendeu? Então, na verdade a gente está trabalhando com 500 anos de contradição. Não estou querendo complicar, não. Só estou querendo dizer que a gente está mexendo em coisas extremamente complexas. Se a gente efetivamente está querendo sair da barbárie, entrar... Esse povo de classe dominante adora falar de Primeiro Mundo. Mas o Primeiro Mundo não sai de Miami. Muitas vezes, isso é só, de alguma maneira, resolver naquele momento, e o fogo do monturo fica. Então, a questão da impunidade, na verdade, sempre vai rolar, até porque é muito difícil. Você mexer com grupo de extermínio, é muito difícil aparecer. Morreram 2 no Rio Grande do Norte. Em muitos anos, a gente só conseguiu pegar 2. E acho que a gente pegou muita gente. Um deles, acho que a gente até pegou porque ele é daquele povo que gostava de beber, falar muito, tal, que perdeu inclusive, acho até, a questão do corporativismo deles mesmos. E saber o seguinte: muitas vezes, a gente imagina que esse povo é meio monolítico, mas não é. É um dado interessante. Na verdade, o próprio grupo de extermínio foram várias fases. Quando a gente pensava, que falava grupo de extermínio, a gente brigava com todo mundo. Mas a gente sentiu depois que teve, digamos, um primeiro grupo e um segundo grupo. Como o segundo, esse de Jorge Abafador, tinha que beber, encher a cara, como diz no popular, para matar, o grupo anterior achava que eles não eram quentes. Entendeu? Então, se a gente não tiver a sutileza de entender todo esse tipo de coisa, a gente talvez consiga estancar, em termos, mas a essência continua. Você não vai mexer. É aquele negócio: o ovo da serpente continua. Entendeu? Então, é uma coisa extremamente complicada, mas acho que é uma coisa interessante, porque isso sempre existiu, principalmente... Não vou nem dizer no Nordeste, porque o dismantelo está geral aí. Então, existiu sempre no País. Mas acho que o dado novo... Isso aí eu gostaria de também colocar o aspecto, digamos, de pelo menos uma coisa boa que a gente está discutindo aqui. Na verdade, a gente está... nós, pobres mortais, estamos falando de semideuses, isso é um Olimpo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, na verdade queria pedir desculpa a V.Exas. porque não pude chegar a tempo para ouvir o relato que ora está sendo exposto aqui na Comissão. Mas queria, Sr. Presidente, colocar... Eu tinha ligado já para o Deputado Luiz Couto, e o caso é gravíssimo em relação a um grupo de extermínio... a vários grupos de extermínio na Bahia. Eu e o Deputado Yulo Oiticica, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, estamos acompanhando o caso de um grupo de policiais encapuzados que invadiu um bairro em Salvador e matou um jovem. Três irmãos desse jovem estão ameaçados de morte e estão vivendo escondidos no mato. Fizeram um depoimento à Comissão de Direitos Humanos e deram o nome de todos os policiais que participaram da morte do seu irmão. Numa audiência com a imprensa, a Corregedora da Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, em vez de partir para investigar, tentava justificar a morte do Sr. Adenilson apresentando uma espécie de folha corrida de crimes praticados pelo jovem que foi assassinado. Os policiais retornaram ao bairro, deram tiro a noite toda e ameaçaram novamente, agora não só as famílias, mas toda a comunidade que porventura venha a denunciar o crime. Eu queria, Sr. Presidente, solicitar... Inclusive o Deputado Yulo Oiticica vai encaminhar para esta Comissão a fita gravada com o depoimento das 3 pessoas dando os nomes de todos os policiais, todos eles envolvidos no grupo de extermínio. Quero solicitar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que possamos visitar urgentemente a Bahia, agora esta semana, para ouvir, tomar a oitiva dos 3 irmãos. Se deixar para daqui a uma semana, provavelmente eles estarão mortos, e a polícia está no encalço dos 3. Não existe... Isso foi pedido proteção policial, e eu, particularmente, acho perigoso que essa família receba proteção policial da polícia do Estado da Bahia, porque é sentença de morte que eles estarão recebendo. Portanto, quero solicitar à Mesa que designe o Relator, mais os Deputados que porventura possam ir junto com o Relator. Eu, como membro desta Comissão, irei junto para ouvir e tomar as providências necessárias, pedir proteção para que se proteja a vida desses 3 irmãos: Arlete Neiva Ribeiro, Alinelson Neiva Ribeiro e Alenilson Neiva Ribeiro, que estão fugidos de suas casas porque não estão com nenhuma segurança. E a



providência que a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia tomou é exatamente esta: a Corregedora tentando justificar o assassinato por um grupo de extermínio praticado nessa comunidade Auta de Couto, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia. E, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, o crime que ocorreu logo após a visita da relatora da ONU a Santo Antônio de Jesus. A Sra. Ana Maria dos Santos, que é Coordenadora do Fórum de Direitos Humanos daquele Município, até o momento não recebeu proteção e está quotidianamente ameaçada pelos grupos de extermínio, que também envolvem policiais militares e civis em Santo Antônio de Jesus. Portanto, eu queria fazer a solicitação à Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu gostaria de informar ao nobre Deputado que amanhã teremos reunião e, se V.Exa. entender, apresente o requerimento, até porque, V.Exa. sabe, a gente só pode deslocar algum membro da CPI com requerimento aprovado. Sugiro, não sei, a V.Exa., e V.Exa. tem...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Eu gostaria que V.Exa., de ofício, já pudesse determinar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como isso pode ser uma diligência, no caso, e como nós sabemos a dificuldade que encontramos, às vezes, até para conseguir passagem para os nossos depoentes, sugiro que, a partir do requerimento do Deputado... Gostaria, Deputado Luiz Alberto, que V.Exa. pudesse encaminhar esse requerimento, mas já posso sugerir que, como o Deputado Luiz Alberto é o 2º Vice-Presidente e eu, o Relator, é que, aprovado esse requerimento, na próxima segunda-feira eu posso vir da Paraíba, ir para Salvador, quer dizer, não teria problema de gasto, porque nós viríamos, e lá a gente se encontraria, faria essa conversa com as pessoas que estariam ameaçadas de morte e traria o documento aqui para que nós possamos pedir proteção devida para essas pessoas. Então, nesse sentido, daria para fazer isso aqui, mesmo que a Comissão não fosse, como tem 2 pessoas, o Vice-Presidente, e a gente viria... *(Inaudível.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Acho que a proposta do nobre Deputado Luiz Couto contempla o requerimento do nobre Deputado Luiz Alberto, e o requerimento amanhã estará entrando em pauta para ser apreciado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, vou fazer algumas indagações ao Roberto Monte. Primeiro, dizer que nós estamos, sim, Roberto, preocupados com as coisas que aconteceram, estamos preocupados com as coisas que estão acontecendo e estamos preocupados com as coisas que vão acontecer, porque nós sabemos que no momento em que há uma CPI e como há uma expectativa de que pessoas possam ser intimadas para ser ouvidas e como isso está na pauta do dia-a-dia da imprensa, a questão do extermínio pode ser, usando o próprio nome do maior exterminador do Rio Grande do Norte, Jorge Abafador... que as coisas estejam abafadas, e os crimes, parece-me, do Rio Grande do Norte têm essa característica, ou seja, a ação criminosa dos “meninos de ouro” parece que foram abafadas por autoridades que deveriam combater o crime organizado e que infelizmente ou são coniventes, são omissos, dão proteção ou participam mesmo da ação de extermínio naquela região. No seu depoimento, você pega 80 anos, ontem se falava, de Mão Branca. Depois, vem 1995, que é o ano em que acontece a chacina de Mãe Luiza. Inclusive, estive lá nesse bairro e pude verificar como era quando não havia via costeira nem as reformas que aconteceram. E, agora, é um bairro imprensado, é área nobre, que muitas vezes hoje é como também...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - É um bairro proletário.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Proletário, mas que hoje alguns inclusive tiveram que vender as suas casas para grupos imobiliários para a construção lá, porque é uma área próxima ao mar e que...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - O Senador Fernando Bezerra gosta muito de comprar aqueles terrenos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, isso mostra também essa questão. Mas eu queria ver o seguinte: pelo levantamento que tem, em outras regiões do Rio Grande do Norte, além de Natal, teria também incidência de extermínio. Vou fazendo as perguntas e você vai e responde no final, porque dá mais tempo. Ou seja, tem outras áreas. E qual a conexão que tem do Rio Grande do Norte com a divisa com a Paraíba? Porque nós verificamos que, com relação ao narcotráfico, existe e há



também denúncias que nós recebemos de ação de policiais do Rio Grande do Norte que atuam e vão para a Paraíba quando há uma perseguição e vice-versa, da Paraíba...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. No caso, por exemplo, Pau de Ferros, lá perto de Iraúna; Marcelino Vieira, aquela região próxima a Catolé do Rocha; o Vale do Seridó, que teria vinculação, inclusive lá, na morte do Prefeito de Santa Luzia, são 2 pistoleiros que estavam no Rio Grande do Norte que foram os responsáveis pela morte do então Moraes. Então, essa vinculação, se você poderia melhor colocar sobre a situação. Uma outra coisa que me chama a atenção no seu depoimento é no que diz respeito a uma figura que hoje, ou seja, sendo chefe dos “meninos de ouro”, que é o Maurílio Pinto de Medeiros, que continua, nunca saiu, que continuou sempre, ou seja, não apenas fazendo parte do poder, mas tendo o apoio desse poder, inclusive com expressão pública dele, quer dizer, defendendo a pena de morte, operações sem ordem judicial e tantas outras. Eu pergunto depois: essa quadrilha, que eu chamaria, qual a composição dela? Você disse que são policiais civis, mas se há também outra, por exemplo, no caso de vigilantes, de pessoas ligadas a empresas clandestinas de segurança pública, se essas pessoas também são proprietárias de empresa de segurança, na Polícia Civil. Então, gostaria de verificar se isso acontece, porque em outros Estados nós verificamos essa relação muito próxima. Uma outra pergunta é o fato dos meninos de rua. Há o extermínio de meninos de rua? Esse é um aspecto também, porque, em alguns lugares, nós verificamos que meninos de rua que são aliados dos grupos de tráfico de drogas não são eliminados, mas os meninos de rua que fazem pequenos furtos ou arrombamento, esses são eliminados. Também acontece isso no Rio Grande do Norte? Uma outra pergunta: qual é a função do Sr. Jorge Luís Fernandes, do Jorge Abafador, no atual Governo? Alguém diz que é figurativo, mas que...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - O senhor está falando de Jorge ou de Maurílio? (*Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De Jorge Luís Fernandes, do Jorge...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - O Jorge é Agente de Polícia. (*Inaudível.*)



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. E ele estaria em que... Agente de Polícia...?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Agora ele está preso. *(Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está preso.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Está preso em delegacia a 80 metros de onde eu trabalho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, sei. Então, qual é a função hoje do...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Preso da Justiça. *(Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Preso da Justiça, né? E do Maurílio, ele é hoje? Não, a função de Maurílio.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Ele é Subsecretário da Defesa Social. *(Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, depois, depois, eu ia perguntar.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - É Subsecretário da Defesa Social. *(Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se Jorge foi condenado a 47 anos de reclusão e depois pegou mais 15 anos, ou seja, essa pergunta era mais para o Maurílio, porque o Jorge não é o que exerce a função. Hoje ele é Agente da Polícia Civil e estaria preso a 80 metros de onde você trabalha. Nós sabemos que o Conselho ou o Centro da Memória de Direitos Humanos tem um levantamento de toda a situação do Nordeste sobre a questão de homicídios...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Violência criminalizada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Violência criminalizada. No caso, nós também solicitaríamos que você pudesse nos encaminhar ou também fornecer esses dados, porque é importante que nós possamos fazer, depois, o confronto e encaminharemos também para... sobre os dados que os Secretários vão encaminhar para esta CPI para a gente ver se batem, porque essa demora que tem de mandarem dados mostra como característica que os bancos de dados, que as Secretarias de Defesa Social e Segurança Pública, parece que é... faz de conta, ou seja, é conversa para boi dormir e que esses dados... que há um processo de maquiagem, que aqueles dados não correspondem ao real e que são, muitas vezes, crimes efetivamente colocados no rol de crimes misteriosos. Por exemplo, no Rio



Grande do Norte, qual seria o percentual dos chamados crimes misteriosos que têm vítima mas não têm réu? E as características desses crimes misteriosos é importante também. E, para concluir, queria dizer que foi muito importante a sua participação aqui. Você trouxe elementos... mesmo dizendo que a CPI estaria preocupada com o hoje, você colocou dados que revelam o ontem, o hoje e já coloca o que será o amanhã, se as providências não forem tomadas no sentido do enfrentamento dessa questão agora. Porque você disse que a impunidade está vencendo, ou seja, muitas pessoas morreram, os crimes estão na impunidade e essas pessoas que mataram continuam no esquema do poder e aqueles que estão na luta em defesa dos direitos da pessoa humana normalmente são ameaçados, perdem até o direito de ir e vir sem ser molestados. Ou seja, você perde a sua individualidade, porque onde você vai tem de ter policial lhe dando segurança. Então, eu posso dizer que foi importante seu depoimento e esperamos que amanhã, com o Delegado Plácido, nós possamos fazer esse mapa do Rio Grande do Norte, que é muito importante.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Vamos por partes. Acredito que o depoimento de Plácido vai ser extremamente interessante porque, como ele conhece o *mise-en-scène* e, por dentro, como funciona a questão do aparelho policial, ele vai dizer coisa, assim, bem concreta, digamos: ele estava em casa, jogaram um coquetel Molotov, ele sabe quem foi. E ele vai trazer documentos dizendo que isentaram todo esse povo, as conexões. Acho que vai ser importante a vinda do Plácido. Mas essa pergunta, Deputado Luiz Couto, sobre a questão de outras regiões do Estado, estão chegando para a gente algumas notícias, e a gente não pode dizer nenhum tipo de conexão, que, na região do Seridó, está começando a aparecer pessoas mortas com características, assim, como esse povo faz. Eu posso... Eu não tenho os dados agora, mas a gente pode procurar saber com pessoas lá da região. Quer dizer, fala-se hoje, assim, a boca pequena, que, na região do Seridó, está começando a aparecer esse tipo de coisa. A gente não tem maiores detalhes. A questão da conexão com o pessoal da Paraíba... Veja só, Deputado: o Rio Grande do Norte e a Paraíba são praticamente irmãos siameses. A gente pode até colocar o seguinte: se a gente fizer, assim, um levantamento geral... porque esse pessoal... eles são muito bons em criar factóides, em criar cortinas de



fumaça, quer dizer, tem sempre aquela história, não sei se já chegou por lá. Quer dizer, quem matou Gilson Nogueira? Aí, tem a história de um preso, no presídio do Roger, que ouviu alguém falando disso, disso e disso aí, as mesmas, é uma coisa impressionante. E, pelo menos no nosso Estado, dava para a gente ver como era quase que um repeteco. Eu não conheço isso direito, mas deve ter, assim, via penitenciárias, laranjas e acerolas — uma acerola vale 10 laranjas, né, aparece, assim, de uma forma muito forte... Não sei se... Porque quando a gente pega, assim, toda a história sempre é aquilo ali: alguém que ouviu falar. Aí a imprensa — a gente não falou ainda da imprensa... tem aqueles cabras que gostam de passar do jeitinho que eles dizem, aí volta aquilo ali, tudo, tá. Porque também tem um detalhe: aqueles que morrem têm a sua imagem totalmente detonada. Quer dizer, a única coisa que eles não falaram até hoje sobre o Gilson é que ele era homossexual. Mas o que você imaginar. Eu lembro que, uma vez, falaram o seguinte: “*Gilson foi morto com uma menina de 17 anos*” — isso, a *Tribuna do Norte*, que é o jornal do povo de Aloísio Alves. Agnelo e Aloísio... Se a gente for discutir isso... Entende? Então, quer dizer, tem toda também essa conexão com essa imprensa, que eu não sei nem se é marrom, que é quase que uma extensão nisso tudo. Então, eu diria o seguinte: a questão da conexão com divisas, deve ter. Porque eu acho que é muito conhecido também que a região que é tida como... ter pistoleiro do Rio Grande do Norte é chamada “tromba do elefante”. Se vocês olharem direitinho, o Rio Grande do Norte é como fosse um elefante. A parte entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Porque, se ele não matar aqui, vai para o outro lado. Quer dizer, é tido como agora muito mais de pistolagem mesmo, porque o que poderá ter é aquelas confusões de Prefeito e tal, porque acho que não tem mais ou menos essas características. Estou dizendo, assim, por cima. Mas, realmente essas conexões que a gente sempre notou que ‘n’ vezes quando tentava, assim digamos, fazer todo aquele processo de desgaste: “*Foi fulano*”, “*Foi a pessoa tal*”, sempre era alguém de uma penitenciária, é engraçado, e sempre ali da Paraíba.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós estivemos lá em Limoeiro do Norte e tem a Chapada do Apodi. Foi dito que aquela região é a região onde há maior incidência de pistoleiros, que, quando perseguidos, descem para o Rio Grande do Norte ou, então, do Rio Grande do Norte, que sobem para o Apodi.



O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - É. É uma sazonalidade criminal, né, no espaço. Você fala sobre a questão de Maurílio continuar. Eu vou dar um dado técnico: eu trabalhei 15 anos na COHAB, e na COHAB, no Sistema Financeiro de Habitação, tem um detalhe, que é a chamada liquidação de sinistro. Faz de conta que você...fica uma pessoa impossibilitada, então, você ganha a sua casa sem precisar pagar. O que acontece? O Sr. Maurílio Pinto de Medeiros, em função das pressões que a gente fez, acabou tendo um AVC, aquele negócio em que você fica com aqueles problemas. Ele tinha comprado algum tempo atrás uma casa. Pagaria uns 2 mil reais de aluguel. Ele não requereu a casa de graça e a aposentadoria. Pessoalmente, depois eu conto toda a história. Aqui não posso contar quem ele está protegendo. Quer dizer, para ele, ele tinha duas pessoas presas, que era, no caso, Jorge e Otávio Ernesto. Se um dos dois falasse, caía muita gente. Então, ele era o ponto de equilíbrio disso tudo. Humanamente, ele acabou sofrendo esse tipo de coisa. Inclusive, o Plácido vai dizer aqui amanhã — e ele vai provar — que, tecnicamente, ele não pode ser mais nem delegado, porque ele não passa por uma junta médica. Tecnicamente falando. Como ele é delegado, ele entende e vai trazer todos esses elementos. A composição...Você falou, não foi, Luiz, sobre a questão da composição do grupo de extermínio, se tem questão de empresa de segurança. Existe uma conexão, quer dizer, dentro daquele grupo de extermínio. A pessoa que é o mais cerebral é o Sr. Admilson Fernandes. Esse Sr. Admilson está em muita confusão, aí, e ele é uma pessoa que trabalha na Assembléia Legislativa e é a pessoa que faz toda a questão da articulação. Eu te digo, com toda sinceridade, me dá uma preguiça imensa toda vez que começa o mesmo júri, porque esse povo é profissional. Eles têm todas as articulações dentro de foro. Eles dizem qual vai ser o resultado do júri. Eu não vou querer entrar nesse tipo de coisa, não. Resultado de júri. A gente teve que, inclusive, entender esse tipo de mecânica. Eu lembro muito o Victor Sergie. O Victor Sergie é o cabra que leu os arquivos da Okhrana, a polícia cesarista, e a revolução aconteceu porque era inevitável. Quer dizer, a gente ter pego ou vocês pegarem pessoas de grupo de extermínio... eu faço um pouco essa relação histórica com Victor Sergie, porque a coisa era tão desmantelada, chegou ao ponto que a impunidade ficou tão grande que esse povo já estava matando rasgado, porque... A gente também entendeu, nesse meio caminho, que esse povo diz



sempre que fazia a limpeza da sociedade. Então, quer dizer, no final, tinha tanto introjetado...Inclusive, quando tem, assim... Em alguns debates que eu tive com o Sr. Maurílio Pinto eu dizia uma coisa, só para perturbá-lo. Eu dizia assim: “*Sr. Maurílio, eu entendo o senhor, mas eu tenho certeza de que o senhor não me entende*”. Ele: “*Realmente*”. Porque esse povo eram as pessoas que ganhavam a Medalha do Pacificador. Se a gente não tiver... Houve toda uma cultura, digamos, vinda da ADESG, ESG, etc. Acho que esse povo fica surpreso, porque, antigamente, esse povo ganhava medalha e fazia tudo e hoje é questionado. Eu acho que tem um problema de compreensão mental deles. Eles ficam meio perturbados. Então, eu diria o seguinte: se você entrar aqui na questão específica, que eu diria que é um novo *modus operandi*... o *modus operandi* anterior era sair na rua. Eu digo que é conversa que a gente teve com integrantes do grupo de extermínio, que diziam o seguinte: “*A gente ia na rua e dizia: lá vai fulano. É irrecuperável.*” Pá. Matava. Levava sempre para um lugar ermo, o cabra corria, eles metiam bala. Você nem imagina o complicador que deu isso internamente para nós. A gente, às vezes, pegou até psicólogos amigos para fazer tipo uma terapia, porque o jogo é pesado. Eles dizem assim: “*Rapaz, olha, tem que dar na cabeça, porque se der no peito o cara pega uma força danada*”. Quer dizer, antigamente, eles matavam assim e jogavam — diziam assim — dentro de cacimbões e, depois, jogavam cal. Devem estar tudo por debaixo da terra. Então, quer dizer, antigamente, era rasgado. Mas se você pegar direitinho o caso que está aqui, de execuções sumárias, foi o seguinte: um preso matou um policial, eles foram lá e pá, pá, pá, pá, pá. Mudou um pouco, entendeu? Eu diria o seguinte: esse esquema de aparecer “presunto” não aparece mais, porque a gente está em cima. E, daqui a pouco, quando falar do banco de dados, a gente tem esses dados. Matava rasgado, depois começou a ser uma coisa mais seletiva. A questão da Corregedoria e da Ouvidoria é, inclusive, de pessoas ligadas ao movimento de direitos humanos, quer dizer, o cargo de Ouvidor, como nós fizemos o Programa Estadual de Direitos Humanos, tem de sair de uma lista tríplice. Então, a lista tríplice foi: Marcos Dionísio, que fazia parte do Conselho do nosso grupo; eu era o segundo e outro igual a mim era o terceiro, quer dizer, a Governadora não teve saída. No caso, foi Garibaldi. Eu sei que Garibaldi e esse Roberto...Mas isso não é democracia. Esse Garibaldi... A ficha caiu agora,



entendeu? Então, quer dizer, em relação ao Ouvidor, não tem problemas. Mas para o Ouvidor ter a estrutura mínima é complicado. Corregedoria, outro dado novo, é outra pessoa, que era, inclusive, o nosso Vice-Presidente. Mas Corregedoria existe para não funcionar; Corregedoria existe para arquivar. Eu acredito que com a nova filosofia do Sistema Único de Segurança vai mudar, quer dizer, qualquer coisa. Quando você ouvir falar de Sistema Nacional de Direitos Humanos, esse negócio todo, SUSP, tudo, eu acho que a partir de agora os papéis das ouvidorias e dos corregedores...Mas o que acontece é o seguinte: é alguém que quer fazer cumprir a lei, mas ele tem ao seu lado delegados que não botam adiante. Quer dizer, nós temos lá, no Rio Grande do Norte, e aumentou agora, 16 Delegados Especiais. É como se fossem generais de 4 estrelas que têm de ter entre eles, quer dizer, sei lá, da quantidade de delegados, então, vai ter que ter a mesma patente para fazer. Tem esse tipo de manha. Quer dizer, entre 16, em última instância, que são os Delegados especiais, para julgar um delegado especial tem que ser outro especial. Então, têm todos esses murozinhos aí de Berlim no meio, que vão ter que ser mexidos. Então, quer dizer, eu diria o seguinte: em relação à Corregedoria, inclusive, mexer um pouco. Em vez de ser de um e de outro, é Corregedoria da Defesa Social. Agora, tem que mudar o esquema. Eu acredito que a discussão do SUSP é uma discussão legal e é uma coisa concreta. Agora, tem que fortalecer Corregedor. Ouvidoria, a gente tem Ouvidor, que não deixa de ser uma coisa interessante e tal. Mas o Ouvidor tem que ser muito artista para ter estrutura mínima. Então, em relação a Ouvidoria e Corregedor, a gente não tem problema. O problema é que o cabra não tem, às vezes, muita condição de trabalhar. Juiz Carlos Adel. Pelo que eu posso dizer para você de Carlos Adel é o seguinte: Carlos Adel é um ex-milico. O problema é que....Às vezes, a gente precisa falar com muita metáfora, sabe, Deputado Luiz Couto. Eu hoje estou com 48 anos de idade. Quando eu fiz 30, eu disse: "*Rapaz, eu vou querer falar cada vez menos por metáfora*". Porque, muitas vezes, as pessoas falam: "*...porque direitos humanos...*" Mas você pode ser um santo, sem negócio. Agora, com fascista, ele sempre vai ser fascista. Ninguém usa mais a palavra fascista, digamos, alguém, um direita daqueles bem barra pesada. Então, o que acontece é o seguinte: eu acho que nisso tudo...eu acho que também muito desse povo são pessoas que vêm de Forças Armadas, pessoas que beberam na fonte da



Lei de Segurança Nacional etc. Então, quem tem um perfil desses, na prática, vai ser cúmplice. Não é nem parceiro. É cumplicidade mesmo. Inclusive, Carlos Adel... Eu sei que o Ministério Público, um dia desses, quase pega uma fita em que ele disse umas besteiras, lá, no ar. A gente foi atrás da fita, mas a fita desapareceu. A gente podia colocá-lo sob suspeita. Mas, na verdade, Carlos Adel é isso, e não é uma pessoa, digamos, de falar muito, não. Pessoa relativamente calma, não fala muito, mas age. Quer dizer, realmente, você ter uma pessoa presa, 47 anos... E Jorge Abafador é barra pesada. Você sabe como é que Jorge caiu? Porque foi preso por Plácido, e foi preso, tudo bonitinho, algemado todo, e ele enlouqueceu. E foi uma repórter da *TV Cabugi*, que é a Globo local, ele jogou os cachorros em cima. Dizem as más línguas que essa repórter tinha um chamego com o Superintendente, que é o Agnelo. Agnelo Alves, irmão de Aloísio. E a partir daí é que mudou a opinião pública. Para tu ver como tem essas coisinhas assim, que eu estou tentando não falar muito, mas, às vezes, eu tenho que dizer. Do Carlos Adel, eu diria o seguinte: é uma questão orgânica, de organicidade. Segundo Gramsci, ele é um elo orgânico para manter isso aí. O que eu acho é que até agora nunca ninguém fez nada. Eu acho isso um escândalo. Você perguntou só com Jorge o quê?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É esse esquema, se tem outro. Se só tem Jorge ou se tem outro.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Eu acho que mais adiante. Quer dizer o mapa do Rio Grande do Norte, o oito. Você botou número aí? Depois eu... O mapa de quê? Geral do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, é o seguinte, na situação... Nessa situação toda do Rio Grande do Norte, quer dizer, você diz que, por exemplo... você já levantou essa questão aqui, quando lá diz que, além de Natal, outros locais que tenham assim é...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - ...começou a ouvir falar isso agora?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, começou a falar.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - E no caso específico, estou falando de Natal, porque aquele caso foi lá na cidade de (*ininteligível*)...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por exemplo, tem um caso lá, de Pau dos Céus, da morte inclusive de um Promotor de Justiça...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Mas é um caso à parte. Eu conheço direitinho, porque inclusive o filho do promotor é advogado nosso. Até a gente ficou amigo porque como ninguém queria mexer, a gente pegou... Tem até uma simbologia muito interessante, que Daniel Pessoa é o nosso advogado, porque enquanto ele estava só, nós ficamos amigos e passamos toda a solidariedade, e trabalho com ele. Inclusive com detalhe: alguns júris, ele fez com a toga do pai. Mas ali a questão era a seguinte: era um juiz, o Juiz Lacerda, um juiz corrupto, que acabou matando o promotor. Quer dizer, aí não entra, já é uma coisa mais específica, sabe, Luiz, não tem... Agora, para você ver como é complicado: para esse juiz ser condenado... Veja só: um juiz mandar matar um promotor, com testemunha, tudo bonitinho, quase era absolvido. A gente teve que fazer um trabalho pesado. A questão dos “meninos de ouro”. Eu falei do caso de Admilson. Esse é um cara cerebral, esse é o cara perigoso. Agora, eu lembro muito, no Rio Grande do Norte, existia o Prof. Valdson Pinheiro, que era inclusive um cabra do PDT e que dizia o seguinte — com todo o respeito ao PV: que o PV, no Rio Grande do Norte, não existia, era um estado de espírito. Eu diria que o grupo de extermínio, às vezes, é um estado de espírito, porque muitas vezes aquele que poderá aparentemente não estar, ele acaba sendo um elo muito mais complexo dentro disso tudo. Entendeu? Eu acredito que, na verdade, eu acho que isso é mais ou menos... É como fosse assim alguém que tem uma visão de direita, um visão, digamos, que extermina. Às vezes, você até não professa, mas você acaba de alguma maneira colaborando. A questão do *modus operandi*, eu falei um pouco. Se antigamente era aquele lance de limpar a sociedade, hoje, é muito mais um esquema mais seletivo. Milícias privadas. Rapaz, lá no Rio Grande do Norte tem uma coisa que é um escândalo. Na cidade de Macau, a cidade foi atacada por 14 pessoas. Parecia negócio de Lampião, aquela confusão toda. Descobriram que dos 14, 11 eram policiais militares. Aí começaram a matar soldados entre os 11. Aí, apareceu lá, quem sabe contar isso aqui direitinho amanhã é o Plácido. Aí, teve um tal de Capitão Paraguai. Apareceu lá e disse: “Ó, eu vim aqui me apresentar, porque vão me matar”. Eu disse: “Não, você que comanda?” “Não.” Apareceu o coronel e não



deu nada. Pergunta isso direitinho a Plácido, que isso aí ele conhece todos os detalhes. Quer dizer, de 14 pessoas! Apareceu um cabra lá de chapéu de couro, parecia negócio de Lampião. Atacaram uma cidade, mataram o delegado, que apareceu de última hora, fuzilaram. Dos 14, 11 eram policiais militares. E está abafado isso. Eu não acredito que tenha ramificação com o Meninos de Ouro. Mas você ter, de uma operação que ataca uma cidade, de 14, atacaram tipo 3 bancos ao mesmo tempo, 11 ser policial! E morreu gente aí. Mataram uns 2 ou 3 soldados aí. Isso é quente. O perfil dos presos. Que presos você está falando Luiz?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O perfil dos membros.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Quem morre?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Perfil das vítimas.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Rapaz, a vítima é aquela de sempre. Um cabra de periferia. Eu vou contar uma história, porque essa história eu vou dizer para ver como a questão é muito mais complexa. Teve o seguinte caso. O Sr. Garibaldi Alves, que hoje é Senador, Garibaldi era Deputado, e de alguma maneira eu convivía um pouco com Garibaldi. Vi o Padre Pio, que o Padre Pio era o fundador da Comissão de Justiça e Paz. Aí, o que acontece? Dizem... Isso eu fiz um desafio para todos os editores de jornal da cidade, nunca ninguém publicou, para ver como a questão é muito mais complexa. Apareceu a seguinte história: Garibaldi, quando era Deputado, muitos anos atrás, entraram na casa dele. Duas versões. Primeiro, que tinham tirado a roupa dele, da mulher dele, e a outra que foi estuprada. Logo depois, Robertinho do Meredo é fuzilado. Isso foi a história que aquela pessoa do grupo de extermínio nos passou. Procuraram essa pessoa e ele não quis matar. E procuraram um outro agente chamando Raimundo Nonato, que foi lá e matou. Eu te digo, com toda a sinceridade, eu não acredito — e não estou tirando onda não — que Garibaldi tenha mandado, mas os amigos do rei, vocês que são políticos entendem isso muito mais do que eu, os amigos do rei antecederem, isso cria toda uma conexão de inter-relação, de dependência. Eu, particularmente, não acredito que tenha mandado, mas alguém antecipou-se e resolveu o problema, e ninguém discute mais. Eu contava essa história. Quer dizer, aquele lugar que vocês tomam café lá em João Pessoa, qual é? A gente tem o café São Luís, eu contava isso, nunca ninguém me processou, eu contava. Eu peguei todos os



editores: “Conta essa. Pode dizer que fui eu que disse”. Nunca saiu, para ver como essas questões são complexas, são complexas. Outros... Essa aqui é uma que você fez? Outros defensores ameaçados. Plácido. Eu diria o seguinte: eu acho que eles têm mais ódio de Plácido do que de mim, porque Plácido é policial. E era um policial, que Plácido tirou primeiro lugar quando fez o concurso e tudo. Foi para tipo um grupo de extermínio. Quando ele começou mexer com videopôquer, esse negócio todo, aí, Mauro dizia: “Não mexa com isso não”. Depois disso, ele nunca mais teve saúde. E diziam...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por falar nisso, as máquinas caça-níqueis da Paraíba, quando lá houve uma ação, foram tudo para o Rio Grande do Norte.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Deve ter sido essa. Lá de Luís Correia, era o Bicheiro? Aí, veja só, começaram a dizer que o delegado era doido. Não é isso que você diz que é maluco? Então, o que foi que o Plácido fez? O próprio Maurílio Pinto foi dizer: “Ele é um louco”. Então, já que ele é especialista em psicologia, ele requereu ao Secretário uma junta médica. E a junta disse que ele era são. Por isso, ele andava com o negócio. Então, quer dizer, Plácido eu acredito que... Por que apareceu a questão das execuções lá da OEA? Porque o que acontece é o seguinte: houve uma ligação de um preso, não, de alguém ligar de uma delegacia, dizendo que Jorge estava querendo detonar eu e ele. E tem um detalhe que ainda não foi colocado: é que a pessoa coloca todo um esquema de pistolagem que Jorge fez, estando naquela delegacia que ele está, com a Glock, a chave e a cachorrinha — isso aí pode também colocar a questão dos detalhes. Menino de rua nós não temos conhecimento. Acho que não existe a questão de menino de rua.

(Intervenção inaudível.)

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Rapaz, não. A gente não tem esse tipo de coisa. Digamos, de uma forma sistemática e tal, a gente já teria visto. A questão de Jorge: Jorge é APC, Agente de Polícia Civil que ainda não perdeu o cargo. É... Qual foi o outro? Ele pegou os 47 mais 15 e está cheio de processo. Ah! Em relação ao banco de dados sobre violência criminalizada: o que existe, Luiz Couto, é um banco de dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos, que tem mais de 10 anos que levanta de todos os Estados da Federação. Eu te mando o do



Rio Grande do Norte; da Paraíba quem faz é a SAMOPS, tu já pede ao pessoal da SAMOPS. Agora, a metodologia é o seguinte: é o que sai em jornal. Então, você pode ter, pelo menos em relação a isso, o quê? Tudo que sai em todos os jornais de grande circulação, em todos os Estados da Federação. Você entrando em contato com o Movimento Nacional de Direitos Humanos aqui em Brasília você vai ter uma panorâmica de todos os Estados. O que pode estar acontecendo é que um pode estar mais ou menos em dia. Isso eu te passo tranquilamente. Você fala sobre a questão do Rio Grande do Norte, de crimes, de mistérios e tal. Um outro dado interessante que a Ouvidoria de Polícia fez é o seguinte: a quantidade de pessoas que morrem e que viram processos e que vão para júri é praticamente nenhuma. Se você for fazer, digamos, pegar os dados que a gente pode te passar, os da Ouvidoria, é o seguinte, é um negócio assim que não chega a 2 dígitos. Não tem aquele negócio, às vezes a Polícia entra em greve e às vezes diminui os índices? Então, quer dizer, em termos gerais, praticamente se a gente for pegar em termos de percentual, justiça não existe, quer dizer, inquéritos instaurados, júri, etc., etc., praticamente são chocantes os índices. E qual era o último ponto, que eu coloquei o nome impunidade aqui, eu não estou lembrando...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi a observação sobre a importância que você coloca aqui de que a impunidade está vencendo, quer dizer, pessoas morreram, crimes estão... e continuam no esquema do poder. Daí é o seguinte, aquela outra questão que você... Era se o Juiz Carlos Adel, ele agia só dessa forma com o Jorge Abafador, se era a mesma relação com os outros presos.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem. Depois, a outra pergunta aqui era, do mapa, era se você podia citar nomes de outras pessoas além dos Meninos de Ouro que poderiam estar praticando assassinatos com características de grupos de extermínio.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Não, é o grupo, o que eu posso dizer é isso. Agora, eu gostaria de fazer um... não sei, talvez... Quem sou eu para querer? Mas talvez fazer uma reflexão que um dia desses, ouvindo uma história, eu senti que a nossa briga é muito maior do que a gente possa imaginar. Eu vou contar para vocês a história de um preso político, de um presidente de um sindicato



portuário que nos anos 60 foi preso com a seguinte situação: 1964, Valdenor, Aldenor, que é um cabra lá de Areia Branca, ele foi acusado de estar contrabandeando armas. Imagina, 1964, alguém estar contrabandeando armas. Naquela região de Areia Branca tinha alguns barcos que já estavam defasados, então valia a pena o cabra ir para a Guiana comprar arma. E o que acontece é que naquela época o presidente do sindicato é quem dizia quem ia fazer parte das embarcações. É como eu fosse teu amigo, eu sou presidente do sindicato, boto teu nome, e não sei, e não estou sabendo que você tá contrabandeando. Imagina para provar isso. A história, meu amigo, é de Ionesco para... é uma coisa barra pesada, no seguinte aspecto: ele é preso de uma forma totalmente incomunicável, até um dia que aparece uma pessoa amiga dele se dizendo da maçonaria e que ele não falasse, porque se falasse, morria, porque, no final, as armas não tinham lance de teor ideológico, não. O cara comprou a arma e ia vender para quem quisesse pagar. E o dono da arma era alguém muito influente da região ali de Mossoró. E pasmem os senhores, Aldenor foi para júri, para aquele negócio militar, a pessoa que estava participando desse tipo de negócio era o irmão do dono das armas. Então, ele dizia o seguinte: quando ele estava fraquejando, o Coronel dizia, que foi comandante de muita coisa, que eu não posso falar senão vou dizer o nome. Então, quando ele dizia que estava fraquejando o cara dizia, como se dissesse assim: "*Resista!*" Então, eu digo aos senhores: depois disso tudo, eu comecei a pensar que às vezes talvez o nosso raciocínio ainda é pequeno, porque imagina, 1964, armas, dono das armas chefe político de região semi-árida, irmão Coronel de Exército, defesa tácita dentro de um lance militar. Então, deve existir coisas muito mais complexas. Quando a gente sabe, digamos, como é que foi a resistência, digamos, à ditadura militar no Brasil, a gente vê coisas assim extremamente atípicas, que as pessoas escapavam por relações totalmente transversas. Eu acredito o seguinte: no momento que se está trabalhando com isso, acho que a gente também está trabalhando com coisas também extremamente complexas, quer dizer, a gente vem com toda essa nossa... esse caldo cultural que foi este País. Então, quer dizer, a gente está mexendo com interesses que a gente não tem a menor noção, ou às vezes a gente dá um cunho a esse tipo de coisa como se fosse sabe o quê, o bem contra o mal e tal, aquele negócio todo, ou pessoas que querem matar, outros que querem defender, quando



eu acho que tem muito mais instituições se fazendo de doido. Aí é que eu digo: por trás disso tudo tem um grande pacto de hipocrisia. Então, quer dizer, o que eu posso colocar para os senhores é isso, sabe? Eu sou um cabra hoje que tenho 48 anos de idade, mas vivi, morei, vivi num país, terminei a faculdade em 79. É como diz: eu sou passado na casca do alho, e cada dia eu fico querendo entender que isso que a gente mexe é muito mais complexo. É mais ou menos o que eu queria colocar, e dentro desse enfoque, eu acho que é importantíssimo esse tipo de coisa, quer dizer, hoje está... a gente está discutindo os coiteiros do século XXI.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Roberto, você disse aí que tinha coisas que você podia dizer depois aqui. Há um momento na CPI que é chamado audiência reservada, quando o depoente pode apresentar outras informações, que é para o consumo interno da Comissão e que nós... muito mais para ser investigado. Se você teria alguma informação...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Claro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, nós transformaremos depois a audiência em audiência reservada, e você daria essas informações. Uma outra é o seguinte: o Movimento Nacional de Direitos Humanos tem todos esses levantamentos. Então, nós iremos inclusive encaminhar até solicitando, fazendo um requerimento para solicitar que o Coordenador Nacional de Direitos Humanos nessa área pudesse comparecer a esta CPI para prestar informações sobre esse quadro.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Banco de dados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Banco de dados sobre o perfil da criminalidade. Até parece que eles tinham um levantamento, a hora que o crime aconteceu.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - É porque, inclusive, só um tiquinho, Luiz..

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eles pegam pelas...

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Porque às vezes acho que a gente aprendeu muito com o banco de dados, que a gente pensava aquela idéia ainda meio maluca que a gente tinha que o policial era um bandido e tal. Hoje, pelo banco de dados, é mais fácil você sair para beber com um amigo... As relações



interpessoais matam muito e muito mais. Agora, é claro que, se você for pegar dados comparativos de outros países, a polícia mata muito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a pergunta que eu deixei de fazer é a seguinte: esse grupo de extermínio não era só extermínio, ou seja, há vinculação com outras dimensões do crime organizado, como tráfico de armas, tráfico de drogas, roubo de carros, de cargas? Há a vinculação ou era só mesmo a limpeza? Porque, pelo que nós verificamos, é que começa assim, mas teve pistolagem.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Inclusive, nesse último júri de Jorge já foi pistolagem. Você sabe que o cara começa primeiro limpando e depois ele fica animado e vira um Capitão Guimarães.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já por encomenda.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - O último crime de Jorge foi o assassinato de um desafeto de um comerciante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essa questão do encobrimento, de que esse grupo estaria encobrindo a ação, por exemplo, do crime organizado, deu para perceber isso ou não?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Rapaz, Deputado, às vezes fico muito impressionado com essas coisas lá do Rio Grande do Norte, porque as coisas são muito ditas diretamente. Eu sempre digo o seguinte: as pessoas reciclaram. Se você olhar direitinho quem foi Romeu Tuma e depois Romeu Tuma reciclou-se e ganhou de Erundina, entende? Então, esse grupo, ele continuou sendo Fleury. É como se fosse assim, digamos, uma forma: eu sou macho, eu digo que é para matar e continuo dizendo. Quer dizer, de alguma maneira, eles até facilitavam a nossa vida, que eles eram cristalinos demais. Eu acho que hoje ninguém vai fazer mais essa loucura como eles diziam. Eles diziam: é para espancar. Eles dizem aqui, no nosso CD, o seguinte: *“Eu não mudo e ninguém vai mudar”*. Ele diz que, quando um policial dele espanca... Tem aqui depoimentos de pessoas que foram torturadas dentro do gabinete dele. A grande loucura que acho nisso tudo é que, para a gente ser ouvido no Estado, a gente tem que vir de fora para dentro, porque é como se fôssemos um bando de malucos, como se estivéssemos falando... E o pior é que a gente também tem que tratar de outras coisas. Eu vou passar 20 anos trabalhando nesse tipo de coisa? É claro que trabalha, mas a vida também continua. A grande



loucura disso tudo é que continuam os júris. Por trás dos júris, tem toda aquela fabricação, que eu não vou também entrar em muito detalhe, fabricação de resultados. Eu posso não ser advogado. Por isso que eu falo abertamente, porque eu não vou entrar na questão do notório saber. O que eu sei é o seguinte: é que júri, para todos os lados, você chega ao Ministério Público, diga isso, isso e isso. *“Como está o júri? Contatou?”* E nós somos ainda sabe o quê? Marinheiros de primeira viagem. Esse povo, eles têm o domínio completo e total de todo o aparato. É uma coisa muito séria. Em júri — não sei esses que você participa —, o pessoal diz: *“Vai ser 5 a 2”*. Outros: *“Não, vai ser 4 a 3”*. E você sabe que, em alguns momentos, você ganha o júri. Você pode eliminar 3, dizer: *“Eu não quero aquele ali”*. Você sabe que se você tiver a relação dos jurados, na fração de 5 minutos você ganha um júri ou não. No momento em que você sabe se Luiz Couto é o cabra que é a favor do outro lado, você tira e você pode ganhar o júri ali. Então, quer dizer, tem determinadas coisas que eu não quero discutir e nem colocar na questão da instituição júri, mas tem determinadas coisas que acontecem, porque aquilo que eu disse que eu não posso falar quem me disse foi a Polícia Federal. Quem matou o Gilson? Eu sei quem matou o Gilson. Agora, eu tive um encontro com Otávio Ernesto. Eu dou sempre aula na Polícia Militar, naqueles cursos que tem de oficial. Ele chegou para mim e disse: eu queria conversar com você. Aí, ele disse: *“Doutor, eu fiz muita coisa errada na minha vida, mas naquilo ali eu não fiz”*. Aí eu olhei para ele e disse: *“Mas você comprou a gasolina, você comprou a gasolina”*. Entende? E eu sei porque tocaram fogo no carro, porque teve pessoa que foi ferida e se fizessem o exame de DNA ia chegar a pessoas. Como é que eu sei disso? Porque o pessoal me passou. Porque se eu falar aqui, eu já tenho bem uns 10 processos contra esse (*ininteligível*); eu vou ter mais uns 2 ou 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Antes de passar a palavra ao nobre Deputado Guilherme Menezes, eu apenas... O Deputado Luiz Couto já formulou várias perguntas a V.Sa. Eu gostaria de saber, e foi uma das perguntas que ele fez que V.Sa. não respondeu: nesse grupo ou nesses grupos de extermínio do Rio Grande do Norte existe roubo de carga?



O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Da época que a gente... eu não tenho conhecimento, porque esse negócio de roubo de carga é o que tem de mais barra pesada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Outra coisa, V.Sa. falou muito bem do Ministério Público do Rio Grande do Norte, mas diz que existem pessoas ou grupos ou coiteiro. V.Sa. pode citar nome desses coiteiros ou de chefe de grupo de extermínio?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Deputado, eu vou te contar uma outra história. Porque, veja só, as coisas às vezes são muito mais complexas do que a gente possa imaginar. Entre as pessoas do Ministério Público que participavam — e foram vários que participaram —, tinha pessoas que tinham sido advogados do nosso grupo. E depois descobriu que essa era a pessoa que passava as informações para o grupo de extermínio. Por quê? Por questão de, sei lá, aquele negócio: tinha um tio que era da polícia, que tinha... sabe o lance do favor? Quer dizer, muitas vezes, a complicação aparece no lugar que a gente não imagina. Dentro do próprio Ministério Público, havia pessoas que passavam... que não é a imagem que a gente tem, até porque a gente, procurando o Procurador-Geral, a gente resolveu essa situação. A gente pegou até e disse que era uma quinta-coluna. Meu pai é milico e esse termo da Guerra Civil Espanhola em 36 meu pai citava muito, tanto que eu disse lá para o Procurador-Geral: tem uma quinta-coluna. Eu sei que o homem enlouqueceu, retirou e resolveu. Agora, o que acontece é o seguinte: nós estamos mexendo... Eu vou falar daquilo que eu conheço, que eu moro no Rio Grande do Norte e as relações são relações extremamente próximas, quer dizer, as pessoas também têm o lance de esquema de troca de favores etc. Mas eu acho que isso, de alguma maneira, é natural, para quem participa desse tipo de luta. Vou dar um exemplo: eu tenho um irmão que é delegado da Polícia e não é o maior parceiro que eu tenho dentro da Polícia. Quer dizer, aí que eu acho que entra, agora entra uma conotação de visão ideológica de mundo, de uma visão de mundo. Quer dizer, nesse meio tempo, você também tem... Quer dizer, um promotor passar, para mim, isso não é o fim do mundo. Vai falar com o chefe e retira. Então, quer dizer, a gente está trabalhando com coisa muito complicada. Não sei se respondi. Quer dizer, no meio disso tudo, você entra numa área totalmente nova.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dr. Roberto, estou satisfeito. Apenas a última pergunta. No Rio Grande do Norte, existe a omissão do Poder Público — Governo ou Secretário de Estado ou o próprio Judiciário — em punir determinados crimes?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Totalmente, totalmente. Digamos... Eu não vou entrar nem nos outros, mas, no caso de Jorge Luiz Fernandes, o Jorge Abafador, aquilo é crime, aquilo é crime. O que eles estão fazendo, aquilo ali é contra qualquer... Isso vem de todos os últimos Governos. E eu estou dizendo o seguinte: eu tive uma conversa, antes de Cláudio Santos ser nomeado, eu tive uma conversa com eles: *“Rapaz, se você nomear, não tem conversa”*. Mas aí ficou aquele negócio: *“Não, eu vou segurar”*. Na verdade, eu acho que a responsabilidade é da Governadora do Estado. E já disse, inclusive... Estou deixando aqui, já convoquei Ministério Público, esse negócio todo, se me matarem, responsabilidade, é meio difícil eu dizer, porque vem outro e mata, mas vai rolar nisso tudo interesse. A quem interessa? Grupo de extermínio. Agora, o principal é o Governador do Estado que está deixando isso rolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Guilherme Menezes.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Obrigado, Deputado Bosco Costa, Presidente desta CPI de Extermínio no Nordeste. Eu quero cumprimentar o Dr. Roberto de Oliveira Monte, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte. Infelizmente, não pude estar desde o início nesta audiência, porque estava em outra audiência na Comissão de Seguridade Social e Família, mas quero parabenizar V.Sa. pela fluência, pela facilidade como coloca os fatos pela memória e sobretudo pela coragem e o compromisso com a justiça. Eu tenho convicção de que esta CPI há de cumprir um grande papel neste Governo. Eu já participei mais de uma vez de audiência com integrantes da Comissão e mesmo com o Presidente desta CPI e o Ministro da Justiça, e a gente sente que existe uma vontade, um desejo do próprio Ministério da Justiça, além da constatação, partir para a busca de conseqüências. É estarrecedor como certas regiões e particularmente o Nordeste, eu sou da Bahia... Agora mesmo eu estava aqui sentado e recebendo uma denúncia lá do Município de Jequié, onde um padre denunciou, através de uma



funcionária pública, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes numa casa de assistência à criança e adolescente, e que o médico, pelo fato de ter atestado que houve realmente o abuso, pelo menos é isso que num primeiro momento se levanta, foi seqüestrado por questões... E antes, a moça servidora que denunciou também já foi seqüestrada, já recebeu inclusive agressões físicas que chegou a desmaiar e tudo. E disseram dela, quando ela foi fazer a denúncia, que ela tinha problemas mentais, como esse delegado também da Polícia Civil foi acusado. Sempre parece que é loucura quando alguém tem esse nível de compromisso e essa coragem. Por isso, eu queria parabenizar V.Sa., e tenho certeza de que sua presença nesta CPI terá resultados, pelo nível de compromisso do Deputado Bosco e do Deputado Luiz Couto, que tem andado, como tem andado comigo lá pelo interior da Bahia, lá no caso de Santo Antonio de Jesus, aquele assassinato de pessoas, inclusive um assassinato depois da visita da Relatora da ONU. A testemunha foi assassinada de uma forma, assim, de deboche, de ironia das pessoas que cometeram o crime como se tivessem a mais absoluta certeza da impunidade. Nós sabemos que a Justiça, de certa forma, está amordaçada, amordaçada por medo e por conivência. Nós vimos, não faz muito tempo lá na Bahia, alguém para chegar à Presidência do Tribunal de Justiça, a negociação — isso veio à tona, o Brasil ficou sabendo — foi feita pela própria filha do Desembargador, ou seja, foi um cargo negociado na Câmara. Então, é muito triste quando a Justiça é tratada dessa forma pelas pessoas que detêm o poder político. E acredito que não somente na Bahia, mas nesse caso aí do Rio Grande do Norte parece que existem famílias poderosas politicamente que detêm o poder inclusive sobre o Judiciário, e a população fica totalmente indefesa. Eu acredito que a Defensoria Pública não tem as condições de estar em defesa das pessoas pobres vitimadas.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Tem 2 Defensores Públicos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Dois Defensores Públicos. Isso na Capital?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - No Estado inteiro.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - No Estado inteiro?



O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Agora, depois de muita luta, vai aparecer novo concurso para 40.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Existe somente para constar oficialmente, portanto. E nós sabemos o quanto é difícil quem não tem dinheiro, famílias de trabalhadores chegar à Justiça, porque custa caro, precisa ter, primeiro, bons advogados, advogados privados, porque quase sempre a defensoria pública, como V.Sa. mesmo disse, praticamente não existe. Então, o que eu desejo da nossa parte aqui, eu tenho certeza que todo o esforço será feito para que a partir dessas denúncias o Governo Federal, o Ministério da Justiça, e o Ministro está aí com esse esforço de criar um grupo de elite, envolvendo Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar, que se possa chegar às conseqüências. Mas eu queria só fazer uma pergunta a V.Exa. Outro dia, eu perguntei ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, o Deputado Yulo, em 5 anos na Comissão de Direitos Humanos como integrante e agora como Presidente, quantos casos foram elucidados que ele conhecesse. Ele não conhece nenhum. Eu queria perguntar a V.Sa., do tempo que está à frente da Comissão, aliás, do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, quantos casos realmente elucidados desses crimes.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE - Eu diria o seguinte: do grupo de extermínio, eu diria 2, porque como o Jorge já foi condenado 47 anos 2 vezes pela questão de mãe Luísa, da Chacina de Mãe Luísa, e agora o primeiro júri que vai fechar também, que foi um problema de pistolagem, esses 2. Agora, colocar também, Deputado, o seguinte: que, em termos, digamos, o nosso problema é muito mais estadual. Até por um dever de justiça, desde o Ministro Zé Gregori, passando por Paulo Sérgio Pinheiro e agora com Nilmário — Nilmário muito mais, porque ele conhece. Inclusive, uma vez, o Nilmário foi ameaçado no ar, num programa, eu, ele e o Dr. Percílio, da OAB Federal, por Maurílio. Foi peitado, como a gente diz por lá. Então, quer dizer, a nível federal, que é um dado interessante a colocar, nós nunca tivemos problema. Eu diria o seguinte: que a gente começa esse movimento de direitos humanos no Brasil, nos anos 70 para 80, muito mais com questão de anistiados. Depois, vem o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que eu acho que fecha um ciclo. E o novo ciclo eu acho que começa com a própria Comissão de



Direitos Humanos da Câmara Federal, consorciado a você trabalhar a questão nacional com questões do sistema interamericano e o sistema global, quer dizer, o papel das Comissões, da OEA, esse negócio todo, digamos, o papel de ONGs a nível internacional. Então, em termos, digamos, de Governo Federal, nós nunca tivemos problema, que eu acho que é um dado também a considerar. Quer dizer, em termos da própria Secretaria Especial ou Secretaria de Direitos Humanos, que teve uma ligeira mudança de nome, desde o Dr. Zé Gregori, a gente nunca teve problema, tanto que, em determinado momento, o próprio Maurílio Pinto foi exonerado a pedido do próprio Ministro Jobim. Mas o poder de regeneração desse povo é grande. Eles ainda detêm a questão dos corações e das mentes. Se esta CPI não trabalhar muito legal a questão da opinião pública, se nós não ganharmos os corações e as mentes, vai ser sempre muito complicado, porque eu acho que você indo para o Estado e quanto mais sair da Capital para o interior complica a situação. Então, quer dizer, eu acho o seguinte, de qualquer maneira, eu gosto sempre de citar aquele livro *A Insustentável Leveza do Ser*. Em determinado momento, para você ser contra, era em termos até mentais, você dizia que era contra, isso gera um grande escândalo. Eu acredito que, dentro desse processo, eu não sei nem se é reconstrução ou construção mais efetiva da democracia brasileira e da questão do Estado de Direito, eu acho que esse é o trabalho formiguinha, no qual o Legislativo está tendo um papel extremamente fundamental. Então, quer dizer, eu acho que esse é o processo de avanço, porque safadeza vai existir sempre. O que a gente não pode é, de uma forma coordenada, articulada, trabalharmos a questão da impunidade. Esse eu acho que talvez seja o grande desafio na nossa geração. Só deixar o seguinte, que eu estou deixando tudo isso aqui, esse material, e amanhã Plácido estará trazendo as outras quenturas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para amanhã, às 14h, no plenário 7, com a seguinte pauta: audiência pública com os convidados Plácido Medeiros de Souza, delegado da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte, e José Boaventura dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Privada. Item 2: apreciação de requerimentos. Está encerrada a presente sessão.